

VOCÊ SABE DE ONDE A VERDADE VEM

R$ 2,00 • ANO 31 • Terça-feira, 09/04/2024 • Nº 10.683 • diariodeuberlandia.com.br

ENTRE UBERLÂNDIA E PATROCÍNIO

Rodovia BR-365 volta a ser alvo de críticas por buracos e falta de iluminação

MOTORISTAS QUESTIONAM ALTO VALOR DO PEDÁGIO E RECLAMAM DAS CONDIÇÕES DA VIA. *Página* | **3**

DIVULGAÇÃO

SAÚDE

Uberlândia abre cadastro online para imunização contra a dengue; veja como realizar o procedimento

Página | **2**


PIXABAY

TRIÂNGULO MINEIRO

Trevão em Monte Alegre de Minas é entregue após 10 anos de obras

Página | **4**

Sol e aumento de nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

MAX 30° MIN 19°



DÓLAR COMERCIAL -0,67% R$ 5,031

EURO COMERCIAL -0,47% R$ 5,462

BOVESPA +1,63% 128.857,16 PTS



SALÁRIO MÍNIMO R$ 1.412

NASDAQ +0.033%%

CLASSIFICADOS | PÁG. 16

SAÚDE

AGÊNCIA BRASIL



Interessados serão contemplados por ordem cronológica de inscrição

Uberlândia abre cadastro para vacinação contra a dengue

IMUNIZAÇÃO É DESTINADA A CRIANÇAS DE 10 E 11 ANOS; SAIBA COMO FAZER INSCRIÇÃO

■ DA REDAÇÃO

A Prefeitura de Uberlândia irá abrir nesta terça-feira (9) um cadastro online para a vacinação contra a dengue em crianças de 10 e 11 anos. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), em razão da pequena quantidade de doses disponibilizadas, o critério utilizado para o chamamento da imunização será por ordem de inscrição cronológica.

A SMS esclareceu que a estratégia adotada neste primeiro momento busca garantir o atendimento em conformidade com a Nota Técnica nº39/2024 do Ministério da Saúde, que não estabelece prioridade de vacinação dentro deste grupo, e considera que somente 12 mil doses foram enviada ao município, o que representa 48,2% do público existente.

Os responsáveis pelas crianças poderão realizar o cadastro no Portal da Prefeitura a partir das 8h nesta terça-feira. Aqueles que completarem inscrição com reserva de vaga serão comunicados por e-mail e SMS e deverão comparecer, no dia 13 ou 14 de abril, a depender da escolha da data e horário, em uma das unidades destacadas pelo Município para aplicação do imunizante: UAIs Martins, Pampulha, Luizote, Tibery, Planalto e UBSFs Shopping Park 1, Morumbi 1, Jardim Brasília 2.

A Secretaria Municipal de Saúde afirmou que já enviou ofício ao Ministério da Saúde alertando sobre a insuficiência de doses e solicitando revisão da quantidade enviada ao Município. Considerando a atual remessa, outras cerca de 13 mil crianças entre 10 e 11 anos na cidade ainda não poderão ser imunizadas, conforme levantamento do Programa Municipal de Imunização. Além disso, o ofício também pede previsão do envio de doses para completar o esquema vacinal das 12 mil crianças que poderão ser imunizadas neste momento.



Antônio Pereira da Silva
Jornalista e professor

CRÔNICA DA CIDADE

Autorizando a Engenharia

Estávamos tomando uma cervejinha, o Roberto Vieira e eu. Era 27 de janeiro de 2003. Ele me disse:

"Queria estudar engenharia. Fiz o vestibular. Passei. Era o mais velho da turma. Logo depois do vestibular veio a Revolução. As escolas que estavam em processo de instalação tiveram esse processo paralisado. Ninguém foi matriculado; não obstante, os alunos se reuniram, formaram o Diretório Acadêmico Genésio de Mello Pereira, DAGEMP, e me elegeram presidente. Recuei, não queria. O pessoal pressionou. Tinha que ser. Era o mais velho, o mais experiente. Aceitando na marra, os alunos, logo em seguida começaram outra pressão. Para que eu fosse falar com o dr. Genésio para que ele providenciasse o início das aulas. "

Roberto foi ao dr. Genésio que lhe disse:

- Os únicos efetivos nesta Escola são vocês que fizeram o vestibular. Eu estou de passagem. Uma simples Portaria, de um dia para o outro, me tira daqui. Se alguém tem que pressionar o Governo, são vocês.

Roberto levou o recado do diretor aos alunos e eles decidiram ir a Brasília falar com o Ministro da Educação. Aí interferiu a idade e a experiência. Vieira ponderou com os colegas que não seria conveniente. Primeiro porque estavam chegando ao fim de ano e ninguém iria iniciar aulas em fim de período letivo. Depois, estavam diante de uma situação nova, em que os governantes tinham uma grande dosagem de poder e, de repente, irritados pela pressão, e considerando-se que a Escola estava com sua implantação suspensa, o Governo poderia simplesmente não abrir a Escola e distribuir os aprovados em Vestibular pelas várias Escolas do país.

A rapaziada esfriou o entusiasmo.

Antes do fim do ano, o dr. Genésio chamou o Vieira à sua sala. Estendeu um telegrama e disse-lhe:

- Você reúne os alunos e lê isto para eles.

Roberto leu o telegrama, olhou sério para o dr. Genésio.

- Não. O senhor é que vai ler isso pra eles.

Genésio foi firme:

- Você é que vai ler. Porque você tem alguma coisa a ver com isso. Se esses rapazes fossem a Brasília pressionar o governo talvez isso não saísse.

Vieira reuniu a turma e leu o telegrama do Ministro da Educação autorizando a abertura da Escola.

FONTE: ROBERTO VIEIRA

*ESTE CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REPRESENTA, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO DIÁRIO DE UBERLÂNDIA.

> *Queria estudar engenharia. Fiz o vestibular. Passei. Era o mais velho da turma. Logo depois do vestibular veio a Revolução. As escolas que estavam em processo de instalação tiveram esse processo paralisado*

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA
Gaia Editora Gráfica - EIRELI - CNPJ: 12.512.322/0001-07
Av. Afonso Pena, 1615 - Centro Uberlândia-MG
O Diário de Uberlândia possui parque gráfico próprio.

CIRCULAÇÃO
• ASSINATURA DIGITAL
• VENDA AVULSA EXEMPLAR IMPRESSO
• DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

EXPEDIENTE

DIRETOR SUPERINTENDENTE
Ayer Felipe de Faria Neto

DIRETORA FINANCEIRA
Julliedda Schmutzler

COORDENADOR GRÁFICO
Marco Tulyo Oliveira

BALCÃO DE ATENDIMENTO
Carolina Moreira

ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS
Jéssica Borges

COORDENADOR REDAÇÃO E ONLINE
Dhiego Borges

PRODUÇÃO
Júlia Vidotti

EDITORES
Dhiego Borges
Bruna Merlin

REPÓRTER
Igor Martins
Juan Madeira

PAGINAÇÃO
Alexandre Barbosa

SAC/ANUNCIAR
99862-5000
atendimento@diariodeuberlandia.com.br

REDAÇÃO
99860-5002
redacao@diariodeuberlandia.com.br

www.diariodeuberlandia.com.br

ESTRADA

DIVULGAÇÃO


Usuários da rodovia reclamam dos buracos, falta de iluminação e demora no atendimento em casos de incidentes

EPR TRIÂNGULO/DIVULGAÇÃO


Conforme dito pela concessionária, foi realizada a recuperação do pavimento em toda a extensão da BR-365

Rodovia BR-365, entre Uberlândia e Patrocínio, volta a ser alvo de críticas

MOTORISTAS QUESTIONAM ALTO VALOR DO PEDÁGIO E RECLAMAM DAS CONDIÇÕES DA VIA

■ JUAN MADEIRA

A rodovia BR-365, entre Uberlândia e Patrocínio, tem causado insatisfação e prejuízo para os motoristas que utilizam a via com frequência. Em entrevista ao Diário, eles apontaram diversos problemas no trecho de 131 quilômetros, como buracos na pista, falta de iluminação, pedágio com valor elevado e demora no atendimento em casos de incidentes. O trecho é administrado pela concessionária EPR Triângulo desde fevereiro do ano passado.

Um dos motoristas que relatou a experiência negativa ao utilizar a rodovia foi o professor Dnieber Chagas, de 42 anos. "Tenho parentes que moram próximo a Patrocínio, então uso a rodovia com bastante frequência. No último feriado, quando ia visitar minha família, logo após sair de Uberlândia, havia vários buracos e chuva intensa, o que prejudicou a visualização, pela sinalização precária", contou.

O motorista comentou que não conseguia visualizar os buracos e passava por eles constantemente, e que só conseguiu perceber uma melhora no estado da pista ao chegar no final do trecho administrado pela concessionária, próximo ao trevo de Patrocínio. "No caminho vi diversos carros parados na rodovia com pneus estourados e para-brisas quebrados, principalmente porque caminhões jogavam pedras nos veículos ao passar pelos buracos".

Dnieber Chagas ressaltou ainda que, por sorte, não teve prejuízos materiais, mas lamentou que o tempo de viagem foi significativamente maior do que o habitual. "Normalmente, faço esse trecho em duas horas, mas dessa vez gastei três horas. Desde que a rodovia foi concedida à iniciativa privada, não foram realizadas obras significativas. Em termos de asfaltamento, só vemos operações tapa-buraco mal executadas, e a rodovia está em piores condições do que o trecho não privatizado entre Patrocínio e Patos", disse.

O professor também criticou a assistência oferecida pela concessionária que, segundo ele, não é coerente ao valor do pedágio. Atualmente, a tarifa cobrada no trecho é de R$ 12,70. "A assistência não funciona adequadamente, pois existem apenas dois postos de atendimento ao longo de todo o trecho. Além disso, o preço do pedágio é abusivo. Enquanto em algumas rodovias duplicadas e bem conservadas o valor é de R$5,70, na BR-365 chega a quase R$13, um absurdo", afirmou.

Por fim, Dniebe manifestou sua insatisfação com o atendimento do Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da EPR Triângulo. "O SAC da empresa não se importa com os usuários. A resposta é sempre a mesma, gravada e sem qualquer consideração com o usuário", concluiu.

■ SINALIZAÇÃO

O consultor imobiliário Marcos Vinicius da Silva acredita que a BR-365 tem pouca sinalização, principalmente para quem costuma viajar à noite devido ao menor fluxo de veículos. Em entrevista à reportagem, o motorista criticou a falta de iluminação e de dispositivos refletivos, conhecidos como olhos de gato, em vários trechos da rodovia.

"A questão da sinalização foi o que mais me incomodou. Viajo à noite para evitar o trânsito, mas a iluminação e os olhos de gato estão praticamente inexistentes. Em alguns trechos, nem mesmo a iluminação refletiva nas faixas amarelas está presente. Isso faz com que, dependendo das condições climáticas e do tráfego no sentido oposto, você fique sem referência e noção de para onde está indo, o que é bastante desagradável", afirmou.

Ainda de acordo com o consultor, em outra ocasião, ele enfrentou dificuldades quando o carro apresentou um defeito mecânico devido ao desgaste. "Meu carro quebrou na estrada, por questões de desgaste e precisei acionar o guincho da concessionária. Esperei cerca de seis horas pelo serviço, o que é um tempo excessivo para um trecho que normalmente se faz em duas horas", ressaltou.

As críticas de Marcos Vinícius se somam às de outros usuários da BR-365, que vêm manifestando insatisfação com as condições da rodovia, tanto em termos de infraestrutura quanto de serviços oferecidos pela concessionária EPR Triângulo. Por meio das redes sociais, o Diário de Uberlândia recebeu diversos relatos sobre os problemas encontrados na via. Confira abaixo.

A professora Stefany Cândido Queiroz, que realiza o trajeto entre Uberlândia e Patrocínio duas vezes por mês, disse: "Tive um incidente em que o carro ficou danificado, mas achei arriscado parar porque não havia acostamento no trecho e estava com o meu filho de três meses no carro".

Douglas Gabriel contou que o pai é caminhoneiro e faz a rota com frequência para visitar a esposa. "É muito comum ver carros parados no acostamento com os pneus danificados", detalhou.

Rafael Caixeta afirmou que teve prejuízos materiais devido às condições da rodovia. Ele relatou que teve um prejuízo de R$ 2 mil por causa dos buracos na pista. "Um pneu foi deslocado e o amortecedor do meu carro estragou", disse.

■ QUEIXAS ANTIGAS

O trecho da BR–365, entre Uberlândia e Patrocínio, já foi alvo de críticas dos motoristas no ano passado. Em outubro de 2023, o Diário conversou com usuários da rodovia e as queixas também eram sobre a má sinalização, preço alto da tarifa, falta de acostamento e a ausência de duplicação nas vias.

Na época, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) determinou a suspensão da cobrança do pedágio devido aos problemas relatados. A medida foi solicitada após o Ministério Público Federal (MPF) identificar uma série de irregularidades e não conformidades nas rodovias, que colocam em risco a vida, o conforto e a integridade física do usuário no sistema rodoviário.

Contudo, dias depois, o TJMG voltou atrás e concedeu a liberação para cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias administradas pela EPR Triângulo. A decisão atendeu a um pedido da Advocacia Geral do Estado (AGE). Entre os argumentos, o desembargador alegou que a concessionária está cumprindo as exigências estabelecidas no contrato.

■ DIREITOS

O advogado especialista em Direito no Trânsito, Hugo de Araújo Borges, esclareceu sobre os aspectos legais relacionados à responsabilidade pelos problemas nas rodovias. Segundo ele, a responsabilidade varia de acordo com o trecho da estrada. Se for municipal, a responsabilidade é do município; se for estadual, do estado; e se for federal, da União. Contudo, se a via é privatizada, a responsabilidade é da empresa administradora. Para identificar os órgãos responsáveis, é necessário considerar o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Departamento de Estradas de Rodagem (DER) e Secretaria de Trânsito e Transportes (Settran).

Borges destacou que, atualmente, a responsabilidade pelos problemas na pista da BR-365, no trecho entre Uberlândia e Patrocínio, é da concessionária EPR Triângulo. "Quando há qualquer dano na rodovia e falta de sinalização, ocorre uma violação. Se o motorista sofrer algum dano em seu veículo, ele pode entrar com um processo judicial de ressarcimento dos danos com base no Código de Trânsito Brasileiro e na Constituição Federal", explicou.

Caso algum motorista passe por uma situação como esta, o advogado orientou que é importante tirar fotos, gravar vídeos e registrar as coordenadas exatas para comprovar os danos sofridos. Hugo de Araújo Borges também mencionou a possibilidade de existir dano moral em casos de incidentes.

"Por exemplo, no caso de uma família que não viajava há muito tempo e que teve a viagem interrompida devido a um dano sério no carro, é possível discutir o abalo psicológico causado por essa situação".

O advogado explicou ainda que a concessionária presta um serviço de natureza pública, mas com caráter privado. "Ou seja, um serviço público foi transferido para a iniciativa privada. Portanto, a concessionária será responsabilizada por qualquer dano ou omissão que praticar. A responsabilidade será discutida com base na omissão, dependendo do fato", concluiu Borges.

■ O QUE DIZ A CONCESSIONÁRIA

Por meio de nota, a EPR Triângulo informou que está atuando para melhorias nas rodovias da região, em resposta às severas condições climáticas, marcadas por chuvas intensas no Triângulo Mineiro, que afetaram a condição do pavimento em trechos específicos da concessão.

De acordo com a empresa, as equipes foram ampliadas e estão atuando ao longo de todos os trechos. A maior concentração das atividades na última semana esteve na BR-365, BR-452, MGC-452 e LMG-798. Conforme dito pela concessionária, foi realizada a recuperação do pavimento em toda a extensão da BR-365.

"Outros serviços de manutenção, como limpeza da vegetação e drenagem, também seguem em todos os demais trechos, reforçando o compromisso da concessionária com conservação regular e permanente das nove rodovias administradas. Desde que assumiu a concessão, em 24 de fevereiro de 2023, a concessionária realizou toda a limpeza de vegetação e tapa-buracos das rodovias concedidas; mais de 315 quilômetros de correções de pavimento; além de drenagem da via, revitalização da sinalização e ampliação da segurança viária em toda extensão da malha concedida", informou a EPR Triângulo.

TRIÂNGULO MINEIRO

DIVULGAÇÃO/ECOVIAS DO CERRADO



Trabalhos incluíram a duplicação de 1,8 km da BR- 365 e de 800 metros da BR-153

NÚMEROS DA OBRA

- R$ 50 milhões em investimentos
- 4 alças de acesso
- 2 novas pontes
- 2 novos viadutos
- 1 viaduto ampliado
- 2,6 km duplicados
- 10 mil toneladas de concreto asfáltico utilizado

DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA

- 7.500 metros de defensa metálica
- 231 postes de energia
- 28 terminais absorvedores de energia
- 4.800 m² de sinalização horizontal
- 3.404 tachas refletivas

Trevão, em Monte Alegre de Minas, tem obras entregues após 10 anos

| DISPOSITIVO NO ENTRONCAMENTO DAS BRS 365 E 153 TEM 2,6 KM DE EXTENSÃO E 4 ALÇAS DE ACESSO

■ DA REDAÇÃO

Foi entregue, nesta segunda-feira (8), a nova estrutura do Trevo de Monte Alegre de Minas, no entroncamento das BRs 365 e 153. As obras do trecho, conhecido como Trevão, perduraram por 10 anos. Os serviços foram iniciados em 2014, mas acabaram sendo paralisados um ano depois, após indícios de superfaturamento apontados pela Controladoria-Geral da União (GGU). As obras foram retomadas em 2022.

A infraestrutura contou com investimentos na ordem de R$ 50 milhões. Os trabalhos incluíram a duplicação de 1,8 km da BR- 365 e de 800 metros da BR-153, além da construção de quatro alças de acesso para todos os sentidos das rodovias, de dois novos viadutos sobre a BR-365 e de duas novas pontes sobre o Ribeirão Monte Alegre. Também foi executado o alargamento da ponte existente na BR-153, a instalação de 231 postes de iluminação e a implementação de 7.500 metros de defensa metálica.

A cerimônia de entrega contou com a presença do Ministro de Estado de Transportes, Renan Filho, do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, de deputados federais e estaduais, de autoridades locais e de diretores do Grupo EcoRodovias, que administra o trecho. O tráfego no local está liberado desde 9 de março.

DENÚNCIA

Paralisadas em junho de 2015, as obras de adequação do "Trevão" foram alvo de uma série de contestações na aplicação de quase R$ 32,3 milhões de recursos do Ministério dos Transportes. Entre os problemas apontados, estavam indícios de superfaturamento na ordem de R$ 8,5 milhões, perda de trabalhos já feitos por conta da paralisação da execução, além do fato de não ter havido a desapropriação de uma escola que estava no trajeto da obra e não tinha sido detectada desde o início do projeto.

A obra faz parte da duplicação da BR-365 e foi um dos empreendimentos fiscalizados pela Controladoria-Geral da União (CGU) em 2018 no Município de Uberlândia e também na região. Partindo das verificações, técnicos da Controladoria fizeram um relatório de mais de 300 páginas com a análise da aplicação de mais de R$ 601,4 milhões por meio de repasses.

Funcionários da CGU estiveram na obra em 2018. Os questionamentos da CGU começam na escolha do processo de execução escolhido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O órgão federal optou pela chamada empreitada por preço global, indicada quando os quantitativos dos serviços executados podem ser definidos com precisão. Entretanto, para os técnicos da Controladoria, como "há grandes movimentações de terra e interferências, como era o caso da obra em questão, onde existia uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários", deveria ter sido adotada a empreitada por preço unitário.

SUPERFATURAMENTO

Ainda em 2015, técnicos da Controladoria apontaram superfaturamento estimado no valor de R$ 8,449 milhões. Entre os exemplos de divergências encontrados nas visitas estão excessos na execução de alças, ramos e canteiros centrais, cujos serviços estão estimados em quase 142,5 mil m2 a mais do que o executado, o que por si só representou superestimativa no valor de aproximadamente R$ 1,5 milhão. Cercas que foram removidas e que deveriam ter sido reconstruídas no entorno, como previsto no projeto original e pagas, não foram encontradas durante a fiscalização.

Questionado à época sobre todos os problemas apontados pela Controladoria-Geral da União, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informou ao Diário por meio de nota que "seguindo a recomendação da CGU, abriu processos para apuração de responsabilidades das empresas envolvidas e possíveis servidores".

UBERLÂNDIA

GRUPO LUTA PELA VIDA REALIZA BAZAR SOLIDÁRIO NESTA TERÇA-FEIRA (9)

■ DA REDAÇÃO

Com o intuito de arrecadar recursos em benefício do tratamento dos pacientes com câncer, o Grupo Luta Pela Vida realiza mais uma edição do Bazar e Feira de Plantas. A ação acontece nesta terça-feira (9), das 8h às 16h. Neste mês, a edição celebra o aniversário do Hospital do Câncer em Uberlândia (HC-UFU), que completa 24 anos.

Quem passar pelo Bazar encontrará variadas opções de roupas femininas, masculinas, calçados, roupas infantis, móveis, peças de decoração e acessórios a partir de R$ 3. Todos os itens são oriundos de doações da sociedade que passaram por uma triagem realizada pela equipe de voluntários.

Já os apaixonados por botânica irão encontrar uma variedade de plantas no Viveiro Solidário, como flores, espécies ornamentais, hortaliças e vasos, também a partir de R$ 3.

HOSPITAL DO CÂNCER

Fundado no dia 8 de abril de 2000, o Hospital do Câncer é o Setor de Cuidados Especializados/Oncologia do Hospital de Clínicas da UFU/Ebserh, uma referência na área da saúde no interior de Minas Gerais que oferece atendimento gratuito e humanizado para mais de 7 mil pacientes de Uberlândia e região.

A unidade conta com o serviço de radioterapia, quimioterapia, oncologia clínica, cirurgia, oncologia pediátrica, hematologia, exames de imagem, serviço social e cuidados paliativos.

O hospital é administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e apoiado pelo Grupo Luta Pela Vida, que por meio da contribuição e generosidade de toda a sociedade, colabora com a manutenção dos serviços oferecidos de forma humanizada e tem um importante papel na construção dos 24 anos de história do Hospital do Câncer em Uberlândia.

UBERLÂNDIA

JOVEM MORRE APÓS SE AFOGAR NA CACHOEIRA BOM JARDIM

■ DA REDAÇÃO

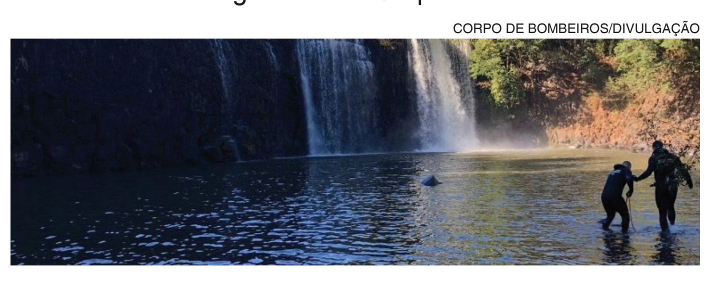
Uma jovem de 21 anos morreu após se afogar na tarde de domingo (7), na Cachoeira Bom Jardim, em Uberlândia. Segundo informações, o corpo foi procurado pelo Corpo de Bombeiros momentos após o acionamento da ocorrência, mas devido à baixa luminosidade, as buscas foram transferidas para esta segunda-feira (8), quando o corpo foi encontrado.

De acordo com os bombeiros, a corporação foi acionada após uma pessoa informar que duas pessoas haviam se afogado na cachoeira. Uma teria sido socorrida por pessoas que estavam no local, enquanto a outra submergiu. No local, foi constatado que a vítima era uma jovem de 21 anos de idade.

Devido à proximidade do período noturno, a equipe de salvamento iniciou as buscas realizando mergulhos em apneia, porém não foi possível a localização da vítima. O local apresenta uma profundidade de aproximadamente 4 metros.

As buscas foram retomadas nesta segunda e o corpo foi encontrado, segundo informações divulgadas pelo Corpo de Bombeiros.

CORPO DE BOMBEIROS/DIVULGAÇÃO



CRIME

HOMEM É MORTO A FACADAS EM ARAGUARI

■ DA REDAÇÃO

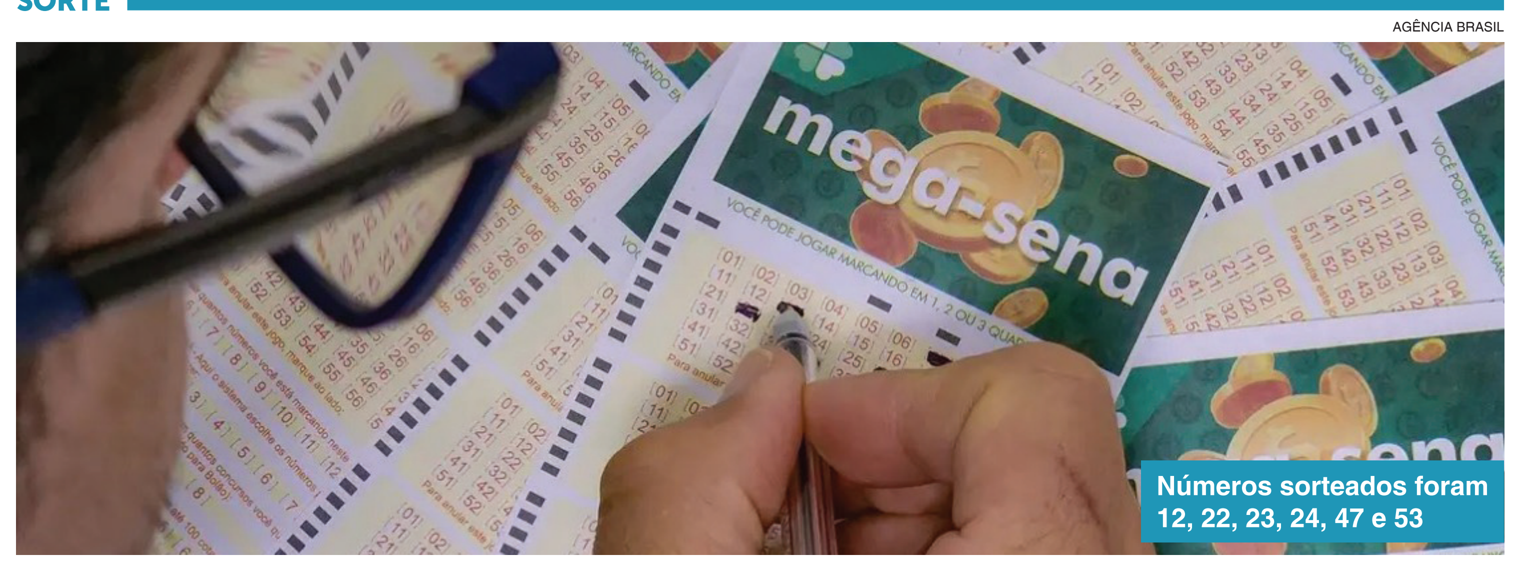
Um homem de 34 anos foi encontrado morto, na manhã de domingo (7), na alameda Eugênio Nasciutti, no bairro Brasília, em Araguari. Segundo informações divulgadas pela Polícia Militar (PM), a vítima estava com várias perfurações de faca na região do peito.

Logo após a verificação da morte do homem, a Polícia iniciou buscas para tentar localizar e prender o responsável pelo crime. O principal suspeito do homicídio foi encontrado em uma casa na Rua Meia Ponte.

Durante a abordagem, o autor de 39 anos confessou o crime e disse que havia matado o rapaz por motivos passionais. Ele foi preso e levado à Delegacia. Dentro do imóvel, os policiais encontraram a faca utilizada no assassinato.

SORTE

AGÊNCIA BRASIL



Números sorteados foram 12, 22, 23, 24, 47 e 53

Bolão de Uberlândia acerta quina e leva R$ 146 mil na Mega-Sena

CONCURSO TAMBÉM PREMIOU OUTRA APOSTA DA CIDADE, NO VALOR DE R$ 48,7 MIL

■ DA REDAÇÃO

Uma aposta de Uberlândia acertou cinco das seis dezenas da Mega-Sena e faturou o montante de R$ 146,3 mil. A premiação saiu para um bolão. De acordo com o site da Loterias Caixa, os sortudos fizeram uma aposta na Loteria PX8. O concurso 2709, realizado no sábado (6), também premiou outra aposta simples da cidade, que faturou R$ 48,7 mil.

Os números sorteados foram 12, 22, 23, 24, 47 e 53. Ninguém acertou as seis dezenas e o prêmio acumulou para R$ 43 milhões. Dentre os vencedores de Uberlândia, outras 25 pessoas também ganharam premiações com apostas individuais, com valores de R$ 933.

■ COMO JOGAR

A Mega-Sena paga milhões para o acertador dos 6 números sorteados. Ainda é possível ganhar prêmios ao acertar 4 ou 5 números dentre os 60 disponíveis no volante de apostas. Para realizar o sonho de ser milionário, é preciso marcar de 6 a 20 números do volante, podendo deixar que o sistema escolha os números (Surpresinha) e/ou concorrer com a mesma aposta por 2, 4 ou 8 concursos consecutivos (Teimosinha).

A aposta mínima, de 6 números, custa R$ 5,00. Quanto mais números marcar, maior o preço da aposta e maiores as chances de faturar o prêmio mais cobiçado do país. O prêmio bruto corresponde a 43,35% da arrecadação. Dessa porcentagem:

- 35% são distribuídos entre os acertadores dos 6 números sorteados (Sena);
- 19% entre os acertadores de 5 números (Quina);
- 19% entre os acertadores de 4 números (Quadra);
- 22% ficam acumulados e são distribuídos aos acertadores dos 6 números nos concursos de final 0 ou 5.
- 5% ficam acumulados para a primeira faixa - sena - do último concurso do ano de final 0 ou 5 (Mega da Virada).

Não havendo acertador em qualquer faixa, o valor acumula para o concurso seguinte, na respectiva faixa de premiação. Os prêmios prescrevem 90 dias após a data do sorteio. Após esse prazo, os valores são repassados ao tesouro nacional para aplicação no FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

PREVISÃO DO TEMPO

UBERLÂNDIA TERÁ SEMANA DE CALOR, COM TERMÔMETROS NA CASA DOS 37ºC

■ DA REDAÇÃO

O calor intenso deve permanecer ao longo desta semana em Uberlândia. De acordo com a previsão do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), a cidade deve registrar altas temperaturas entre terça (9) e sexta-feira (12), com os termômetros podendo chegar a 37ºC.

Nesta terça, o tempo fica encoberto, com leve queda na temperatura máxima para 33ºC. Na quarta-feira (10), o céu da cidade também ficará com muitas nuvens. A temperatura mínima prevista para o dia é de 21ºC e a máxima deve chegar a 36ºC.

Na quinta (11), o calor pode chegar aos 37ºC. Já na sexta, Uberlândia terá céu encoberto com chuvisco, com queda na temperatura máxima para 34ºC.

Terça-feira (9)
Mínima: 19ºC
Máxima: 33ºC
Encoberto

Quarta-feira (10)
Mínima: 21ºC
Máxima: 36ºC
Muitas nuvens

Quinta-feira (11)
Mínima: 21ºC
Máxima: 37ºC
Muitas nuvens

Sexta-feira (12)
Mínima: 22ºC
Máxima: 34ºC
Encoberto com chuvisco

PEXELS



Na quinta (11), o calor pode chegar aos 37ºC

POLÍTICA

AGÊNCIA BRASIL

No final de 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República

Julgamento de Moro é suspenso com placar de 3 a 1 contra cassação

JULGAMENTO DAS DUAS AÇÕES, DO PT E DO PL, SERÁ RETOMADO NESTA TERÇA-FEIRA (9)

■ AGÊNCIA BRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná suspendeu nesta segunda-feira (8) o julgamento que pode levar à cassação do senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da Operação Lava Jato.

O julgamento foi interrompido pelo pedido de vista (mais tempo para analisar o caso) do desembargador Julio Jacob Junior. A análise do caso será retomada nesta terça (9).

Até o momento, o placar do julgamento está 3 votos a 1 contra a cassação de Moro. Em três sessões de julgamento, os desembargadores Luciano Carrasco Falavinha Souza (relator), Claudia Cristina Cristofani e Guilherme Frederico Hernandes Denz votaram contra a cassação. O desembargador José Rodrigo Sade proferiu o único voto pela cassação.

Se for cassado pelo TRE, Moro não deixará o cargo imediatamente porque a defesa poderá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Se a eventual cassação for confirmada pelo TSE, novas eleições serão convocadas no Paraná para preencher a vaga do senador. Ele ainda ficará inelegível por oito anos.

■ ELEIÇÕES

No final de 2021, Moro estava no Podemos e realizou atos de pré-candidatura à Presidência da República. De acordo com a acusação, houve "desvantagem ilícita" em favor dos demais concorrentes ao cargo de senador diante dos "altos investimentos financeiros" realizados antes de Moro deixar a sigla e se candidatar ao Senado pela União.

Para o Ministério Público, foram gastos aproximadamente R$ 2 milhões, oriundos do Fundo Partidário, com o evento de filiação de Moro ao Podemos e com a contratação de produção de vídeos para promoção pessoal, além de consultorias eleitorais. O PL apontou supostos gastos irregulares de R$ 7 milhões. Para o PT, foram R$ 21 milhões.

Advogados de Moro defendem a manutenção do mandato e negam irregularidades na pré-campanha. De acordo com o advogado Gustavo Guedes, Moro não se elegeu no Paraná pela suposta pré-campanha "mais robusta", conforme acusam as legendas.

ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 21.246.699/0001-44

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Algar Tecnologia e Consultoria S.A. apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os membros da Diretoria encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos referidos documentos. Uberlândia-MG 31 de dezembro de 2023.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**18.674**	21.837
Contas a receber	5	**81.245**	80.333
Estoques		**411**	253
Tributos a recuperar	6	**7.168**	8.320
Despesas antecipadas		**2.203**	3.561
Títulos a receber	19b	**31**	136
Outros créditos		**5.085**	1.990
Total do ativo circulante		**114.817**	116.430
Não circulante			
Tributos a recuperar	6	**40.494**	38.507
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	-	-
Depósitos judiciais	16c	**2.579**	3.986
Outros créditos		**142**	358
		43.215	42.851
Imobilizado	8	**110.652**	115.839
Intangível	9	**22.896**	24.593
Ativo de Direito de Uso - CPC 06 (IFRS 16)	10	**2.262**	4.711
Total do ativo não circulante		**179.025**	187.994
Total do ativo		**293.842**	304.424

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Debêntures	11	**21.756**	22.336
Passivo de arrendamento - IFRS16/ CPC06	12	**1.529**	1.031
Fornecedores	13	**30.868**	32.257
Impostos taxas e contribuições	14	**4.654**	4.921
Salários, provisões e encargos sociais	15	**36.308**	32.173
IR e CS a Pagar		**82**	-
Dividendos a pagar	19f	-	2.582
Adiantamento de clientes		**80**	106
Títulos a pagar	19c	**2.857**	3.570
Receitas antecipadas		**1.270**	922
Outras obrigações	17	**5.981**	3.658
Total do passivo circulante		**105.385**	103.556
Não circulante			
Debêntures	11	-	21.205
Passivo de arrendamento - IFRS16/ CPC06	12	**1.152**	3.943
Impostos, taxas e contribuições	14	**6.492**	6.492
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	**2.737**	328
Receitas Diferidas		**3.403**	1.869
Provisões para demandas judiciais	16	**8.327**	19.933
Outras obrigações	17	**2.556**	-
Total do passivo não circulante		**24.667**	53.770
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**141.893**	118.893
Reserva legal		**6.704**	5.489
Reserva de retenção de lucros		**9.124**	16.370
Ajuste de avaliação patrimonial		**6.069**	6.346
Total do patrimônio líquido		**163.790**	147.098
Total do passivo e do patrimônio líquido		**293.842**	304.424

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, em Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	20	**422.478**	376.877
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	21	**(360.390)**	(314.439)
Resultado bruto		**62.088**	62.438
Receitas (despesas) operacionais:			
Despesas com vendas	22	**(9.195)**	(8.652)
Despesas gerais e administrativas	23	**(32.470)**	(36.417)
Outras despesas operacionais, líquidas	24	**4.756**	(13.372)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**25.179**	3.997
Receitas financeiras	25	**10.906**	8.063
Despesas financeiras	25	**(8.858)**	(21.951)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**27.227**	(9.891)
Corrente	7b	**(526)**	2.616
Diferido	7b	**(2.409)**	(5.468)
Resultado líquido do exercício		**24.292**	(12.743)
Quantidade de ações ON		9.576	9.576
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)		0,401	(0,751)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**24.292**	(12.743)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**24.292**	(12.743)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	**27.227**	(9.891)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa aplicado nas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	**26.409**	25.948
Ganho/Perda na venda de ativos	**27**	497
Encargos financeiros sobre empréstimos e Debêntures	**4.243**	6.591
Outros resultados financeiros, líquidos	**(3.266)**	7.297
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(5)
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	**(3.481)**	13.558
	51.159	43.995
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber	**(912)**	(11.594)
(Aumento) de títulos a receber	**105**	-
(Aumento) em tributos a recuperar	**(838)**	(9.828)
Redução em depósitos judiciais	**1.407**	1.151
Redução (aumento) em outros ativos	**(1.679)**	1.385
Aumento em fornecedores	**(3.963)**	4.100
Aumento (redução) em salários, provisões e encargos	**4.134**	1.049
Aumento (redução) em obrigações fiscais	**(267)**	472
(Redução) aumento em outros passivos circulantes e não circulantes	**8.776**	2.531
Pagamentos de provisões	**(6.571)**	(10.580)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(997)**	(1.386)
Total das variações dos ativos e passivos	**(805)**	(22.700)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	**50.354**	21.295
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição ativo imobilizado e intangível	**(14.325)**	(23.005)
Venda de imobilizado	**71**	432
Recebimento mútuo ativo	-	8.794
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de investimento	**(14.254)**	(13.779)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	**23.000**	34.026
Pagamento principal de empréstimos e debêntures	**(21.250)**	(21.250)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	**(4.733)**	(6.558)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	**(33.182)**	(12.244)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(3.098)**	(2.186)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamento	**(39.263)**	(8.212)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(3.163)**	(696)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**21.837**	22.533
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**18.674**	21.837

Transações que não afetaram caixa - No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição de imobilizado e intangível	**11.699**	9.124
Juros capitalizados	**30**	217
Direito de Uso - CPC06(IFRS16)	**289**	4.711
	12.018	14.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

				Reservas de lucros						
	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		84.042	825	28.838	5.489	738	6.621	-	-	126.553
Aumento de capital	18a	34.026	-	-	-	-	-	-	-	34.026
Realização de Ajuste de custo atribuído	18e	-	-	-	-	-	(276)	276	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	(12.743)	-	(12.743)
Compensação do prejuízo		-	-	(12.467)	-	-	-	12.467	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(738)	-	-	-	(738)
Retenção de lucros	18c	825	(825)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		118.893	-	16.371	5.489	-	6.345	-	-	147.098
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-	-	**23.000**	**23.000**
Aumento de capital	18a	**23.000**	-	-	-	-	-	-	**(23.000)**	-
Realização de Ajuste de custo atribuído	18e	-	-	-	-	-	**(276)**	**276**	-	-
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	**24.292**	-	**24.292**
Constituição de Reserva Legal	18b	-	-	-	**1.215**	-	-	**(1.215)**	-	-
Dividendos Intercalares	18d	-	-	-	-	-	-	**(14.000)**	-	**(14.000)**
Retenção de lucros	18c	-	-	**9.353**	-	-	-	**(9.353)**	-	-
Distribuição de lucros	18c	-	-	**(16.600)**	-	-	-	-	-	**(16.600)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**141.893**	-	**9.124**	**6.704**	-	**6.069**	-	-	**163.790**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Algar Tecnologia e Consultoria S.A., ("Companhia" ou "Algar Tecnologia"), com sede em Uberlândia/MG, compõe a Algar Tech, empresa do grupo brasileiro Algar, é uma sociedade por ações, de capital fechado e suas atividades compreendem soluções em tecnologia para processos de negócio, por meio de Infraestrutura de TI, serviços gerenciados, composto por *service desk*, serviços profissionais, serviços de consultoria e alocação de profissionais que são executados por meio de profissionais especializados, inteligência artificial e plataforma de automação. Em relacionamento com cliente (*CX - Customer Experience*), atua nos segmentos de televendas, operações de SAC, cobrança com foco em recuperação de crédito, *back-office* de negócios. A companhia possui compreensão profunda da jornada do cliente para a eficiência e melhor experiência do consumidor, com interações digitais efetivas e contato humano único. A Companhia é controlada pela Algar TI Consultoria S/A ("Algar TI") uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Eventos societários ocorridos em 2023 - Em 02 de janeiro de 2023 a Companhia recebeu adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Algar TI e Consultoria S/A no valor de R$ 13.000. Em 12 de abril de 2023 a Companhia recebeu Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) de sua controladora Algar TI Consultoria S/A no valor de R$ 10.000. Em 25 de abril de 2023 a Companhia realizou integralização de capital para sua controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A através de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 23.000, esse aporte não resultou em aumento de participação na controlada. Em 29 de novembro de 2023 em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a distribuição da reserva de lucros, no valor de R$ 16.600. Neste mesmo ato foi aprovado também a distribuição de Dividendos Intercalares no valor de R$ 14.000. Os órgãos de governança da Companhia aprovaram a realização de cisão parcial de determinados ativos e passivos que serão vertidos para a Algar S.A. Empreendimentos e Participações, com o objetivo de melhor gerenciamento de referidos ativos, o que permitirá melhor foco no core business da Companhia. A operação será implementada no primeiro semestre de 2024.

2. Bases de preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 04 de abril de 2024. b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos relevantes, referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem riscos significativos de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, envolvendo, por exemplo, critérios de provisões, taxa de desconto, análise de risco, entre outros, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 5 - Contas a receber; Nota explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social; Nota explicativa 8 - Imobilizado; Nota explicativa 9 – Intangível; Nota explicativa 10 e 12 - Ativo e passivo de direito de uso - IFRS16/ CPC06; Nota explicativa 16 - Provisões e depósitos judiciais.

3. Sumário das principais políticas contábeis - As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Ativos circulantes e não circulantes - i) *Caixa e equivalentes de caixa* - Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. ii) *Imobilizado* - *Reconhecimento e mensuração* - Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Entidade, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de *sites* nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controlados separadamente, inclusive para fins de depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício. *Custos subsequentes* - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. *Depreciação* - A depreciação é calculada sobre o valor do custo do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2023	31/12/2022
Edificações e instalações prediais	**60**	60
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**6**	8
Equipamentos de terminais	**10**	11
Equipamentos de energia e climatização	**16**	16
Máquinas e equipamentos	**13**	13
Móveis e utensílios	**14**	14
Equipamentos de processamento de dados	**5**	5

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação. iii) *Intangível* - *Pesquisa e desenvolvimento* - Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente quando os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, o produto ou serviço for viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. *Outros ativos intangíveis* - As licenças adquiridas de programas de computador (*Software*) e de sistemas de gestão empresarial são mensurados pelo valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. *Gastos subsequentes* - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Amortização* - Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis.

	Vida útil média em anos	
	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas de informação	**6**	6

iv) *Ativos e passivos financeiros* - *Reconhecimento inicial* - A Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48. *Desreconhecimento de ativo financeiro* - Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. *Desreconhecimento de passivo financeiro* - A Companhia deve baixar o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato. *Classificação de instrumentos financeiros* - A classificação do ativo financeiro passou a ter por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A classificação do valor justo deve observar, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios: i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. *Reconhecimento e mensuração inicial* - Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Classificação de ativos financeiros* - O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; • os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal. Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. *Redução no valor recuperável* - Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. *Reconhecimento de perda de crédito esperada* - A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. A Companhia deve aplicar os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa provisão deve ser contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses. Deve ser reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável, o valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço. Ativos não financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais. b) Passivos circulantes e não circulantes - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. i) *Provisões* - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. A Companhia divulga as provisões, líquidas dos depósitos judiciais vinculados, de forma que a apresentação dessas obrigações em suas demonstrações financeiras reflita a essência da transação. ii) *Benefícios a empregados* - *Plano de pensão* - Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. *Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados* - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. iii) *Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. A Companhia pratica a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. c) Reconhecimento de receitas - De acordo com o CPC 47, no contexto dos contratos, a taxa de instalação constitui insumo da promessa de transferência do serviço e, portanto, serão consideradas como uma única obrigação de desempenho, com reconhecimento ao longo do tempo do contrato, ou seja, à medida que o serviço for prestado. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Receita de relacionamento com cliente (CX - Customer Experience) e serviços gerenciados. As receitas com prestação de serviços são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até à data de fechamento mensal. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer. Para as receitas variáveis com medição mensal dos serviços prestados ao cliente, reconhecemos a receita de serviços pelo valor que a Companhia tem o direito reconhecido de faturar ao cliente, conforme expediente prático. d) Receitas e despesas financeiras - Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia, incluindo aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado e perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstradas líquidas, no resultado do exercício. e) Patrimônio Líquido - *Reserva legal* - A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social. *Reserva de retenção de lucros* - A partir das exigências da Lei 11.638/2007 os saldos remanescentes em lucros acumulados após as destinações aplicáveis são transferidos para essa rubrica, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado em Assembleia de Acionistas. *Dividendos* - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, sobre o lucro do exercício, após de reduzida a reserva legal, são calculados dividendos à base de 25%, os quais são objeto de aprovação pela assembleia geral de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras do correspondente exercício. f) Demonstração dos fluxos de caixa - A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, conforme, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03. g) Arrendamento - Ao firmar os contratos, a Companhia avalia se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. Os seguintes requisitos são considerados na avaliação dos contratos de arrendamento: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia; • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$ 20 (vinte mil reais). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem: • Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; • O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; • O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e • Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda para redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01 (R1). Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa operacional do período em ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos. Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento. h) PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento - A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS. i) Novas normas e interpretações - Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios subsequentes: No corrente exercício, a Companhia aplicou as alterações respondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo qàs IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis aos seus negócios, e que são obrigatoriamente válidas para um período contábil iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021); A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro e descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. Na avaliação da Companhia, ela não possui contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). • Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade; As alterações, adotadas pela Companhia no exercício corrente, modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis e substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correntes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. As alterações, cuja adoção não traz impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. • Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis; A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. Essas alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As normas e interpretações novas e alteradas, que foram emitidas, mas ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, e não espera que a sua adoção tenha um impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras, em períodos futuros. • Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.; As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, mas a adoção antecipada é permitida. Os diretores da Companhia acreditam que a adoção dessas alterações não terá impacto relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas, caso venham a ocorrer transações dessa natureza. • Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. De acordo com essas alterações: (i) a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço; (ii) a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, (iii) os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço; (iv) a definição de 'liquidação' diz que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 21.246.699/0001-44

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Os diretores da Companhia não acreditam que a aplicação dessas alterações possa acarretar algum impacto significativo sobre as suas demonstrações financeiras consolidadas. • Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants; As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Isto deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante. Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade deve divulgar informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Os diretores da Companhia entendem que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a natureza e a composição dos Covenants previstos nos contratados de captação de recursos financeiros atualmente vigentes. • Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores; As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos;• O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores • Informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis • Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o ele não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**140**	1.091
Aplicações de liquidez imediata	**18.534**	20.746
	18.674	21.837

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário), remuneradas por uma taxa média de 102,3% (102,2% em 2022) do CDI. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 26. As aplicações financeiras possuem prazos de carência para resgate inferiores a 90 dias das datas de aquisição dos instrumentos financeiros, e seus valores são prontamente conversíveis em montante conhecido de valor e com liquidez imediata

5. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Valores faturados	**51.981**	49.939
Valores não faturados	**30.382**	31.512
	82.363	81.451
Provisão para créditos perda esperada	**(1.118)**	(1.118)
	81.245	80.333

A exposição da Companhia a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na nota explicativa 26.

a) A composição por idade dos valores faturados é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**44.650**	41.123
Vencidos até 30 dias	**6.203**	7.247
Vencidos entre 31 e 60 dias	**10**	451
Vencidos entre 61 e 90 dias	**-**	-
Vencidos entre 91 e 120 dias	**-**	-
Vencidos há mais de 120 dias	**1.118**	1.118
	51.981	49.939

A movimentação da provisão para perda esperada é apresentada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(1.118)**	(1.123)
Reversão (constituição) de provisão no exercício (Nota 22)	**-**	5
Saldo final	**(1.118)**	(1.118)

6. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
COFINS	**3.892**	3.895
PIS	**1.012**	1.013
IRPJ/CSLL	**9.272**	8.917
INSS (*)	**32.149**	31.288
ISS	**1.334**	1.714
ICMS	**3**	-
	47.662	46.827
Circulante	**7.168**	8.320
Não Circulante	**40.494**	38.507
	47.662	46.827

(*) Créditos tributários provenientes de êxito em ação judicial que trata do enquadramento do serviço de telecobrança no conceito de call center, com reconhecimento do direito de recolhimento da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos – INSS patronal, que será liquidada em ação de cumprimento de sentença para recebimento mediante precatórios no longo prazo.

7. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

		Individual 31/12/2023	31/12/2022
	Diferenças temporárias ativas:		
A	Prejuízo fiscal	**1.232**	8.305
B	Base de Cálculo Negativa (Dif. BCN X PF)	**1.232**	8.350
C	Provisões de processos	**21.618**	36.775
D	Provisões Perdas com Clientes - PCLD	**1.118**	1.118
E	Fornecedores a Faturar Mercado Interno	**4.556**	8.127
F	Arrendamentos - IFRS 16 CPC 06	**418**	264
G	Provisões e Outras	**2.323**	1.200
H	Base de cálculo diferenças temporárias ativas (soma c a g)	**30.033**	47.484
I	BC Ativo Diferido Exclusões Temporárias não constituído/baixa teste de impармaint	**-**	(17.450)
I.1	Base de cálculo ativo diferido contábil	**30.033**	30.034
	Alíquota nominal	**34%**	34%
J	IR Diferido Prej. Fiscal 25% (25% de A)	**308**	2.076
K	CSLL Diferido 9% (9% de B)	**111**	751
L	Total ((34% de I.1) + J + K))	**10.630**	13.039
		31/12/2023	**31/12/2022**
	Diferenças temporárias passivas		
M	Diferença Depreciação - CPC 20	**(28.699)**	(26.993)
N	Juros sobre Obras	**(1.832)**	(2.080)
O	Custo atribuído	**(12.172)**	**(12.439)**
P	Lei 11.638/2007 e outros	**2.141**	2.059
Q	Base de cálculo diferenças temporárias passivas (l até o)	**(40.562)**	(39.453)
q.1	Passivo diferido não constituído 2022/2023	**1.246**	137
q.2	Base de cálculo diferenças temporárias passivas-contábil	**(39.316)**	(39.316)
	Alíquota nominal	**34%**	34%
R	Total (total 34% de q.2)	**(13.367)**	(13.367)
S	Imposto de renda e contribuição social (L + R)	**(2.737)**	(328)
T	Saldo ativo não circulante, líquido	**-**	-
U	Saldo passivo não circulante, líquido (S - T)	**(2.737)**	(328)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Controladora e aprovado pela Diretoria, reconhece créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 6.780 não constituído com base nas expectativas de não realização parcial dos saldos totais registrados em 31 de dezembro de 2023 (R$ 11.262 em 31 de dezembro de 2022).

b) Tributos sobre o resultado do exercício

	31/12/2023	31/12/2022
Corrente:		
Imposto de renda	**(362)**	1.916
Contribuição social	**(164)**	700
	(526)	2.616
Diferido		
Imposto de renda	**(1.768)**	(4.022)
Contribuição social	**(641)**	(1.446)
	(2.409)	(5.468)
	(2.935)	(2.852)
Imposto de renda	**(2.129)**	(2.106)
Contribuição social	**(806)**	(746)
	(2.935)	(2.852)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**27.227**	(9.891)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**(9.257)**	3.363
Efeito da dedução de PAT	**34**	15
Incentivos tecnológicos	**623**	698
Adições e exclusões permanentes	**(41)**	1.205
IR/CS sobre juros de créditos tributários	**-**	4.374
IR/CS Diferido não constituído*	**6.763**	(7.198)
Provisão para perda IR e CS - teste de impairment	**(2.409)**	(4.852)
Destinações - Lei Rouanett	**59**	-
Outros	**1.293**	(457)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**(2.935)**	(2.852)
Alíquota efetiva	**(11%)**	29%

*O valor de R$ 6.763 e R$ (7.198) se refere a movimentação de diferenças temporárias ativas, as quais não foram reconhecidas na contabilidade devido a não expectativa de resultado positivo futuro, por isso impactou a linha do imposto corrente. A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, sobre o prejuízo fiscal, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias está apresentada a seguir

	31/12/2023
2024	**273**
2025	**-**
2026	**305**
2027	**566**
2028	**789**
2029	**923**
2030	**1.064**
2031	**1.213**
2032	**1.370**
2033	**1.535**
	8.038

8. Imobilizado - a) Imobilizado - Valor líquido contábil

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2023										
Custo	**82.747**	**10.792**	**15.588**	**2.076**	**-**	**25.739**	**98.331**	**7.932**	**7.549**	**250.754**
Depreciação acumulada	**(29.480)**	**(9.578)**	**(9.493)**	**(1.019)**	**-**	**(19.116)**	**(71.416)**	**-**	**-**	**(140.102)**
Imobilizado líquido	**53.267**	**1.214**	**6.095**	**1.057**	**-**	**6.623**	**26.915**	**7.932**	**7.549**	**110.652**
31/12/2022										
Custo	79.223	10.870	14.949	2.007	-	26.143	90.246	7.932	11.061	242.431
Depreciação acumulada	(27.477)	(9.231)	(8.681)	(911)	-	(18.980)	(61.312)	-	-	(126.592)
Imobilizado líquido	51.746	1.639	6.268	1.096	-	7.163	28.934	7.932	11.061	115.839

b) Movimentação do custo

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2021	76.503	11.170	15.013	1.871	28	26.374	81.240	7.932	13.045	233.176
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	13.520	13.520
Baixas	(281)	(301)	(284)	-	(28)	(1.503)	(1.868)	-	-	(4.265)
Cisão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências *	3.002	-	220	137	-	1.272	10.873	-	(15.504)	-
31/12/2022	**79.224**	**10.869**	**14.949**	**2.008**	**-**	**26.143**	**90.245**	**7.932**	**11.061**	**242.431**
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.733**	**10.733**
Baixas	**-**	**(78)**	**-**	**(12)**	**-**	**(932)**	**(1.388)**	**-**	**-**	**(2.410)**
Transferências	**3.524**	**-**	**639**	**81**	**-**	**528**	**9.473**	**-**	**(14.245)**	**-**
31/12/2023	**82.748**	**10.791**	**15.588**	**2.077**	**-**	**25.739**	**98.330**	**7.932**	**7.549**	**250.754**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c) Movimentação da depreciação

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2021	(26.432)	(9.064)	(8.127)	(799)	(20)	(19.315)	(52.150)	(115.907)
Adições	(1.292)	(450)	(796)	(112)	-	(1.083)	(10.750)	(14.483)
Baixas	247	283	242	-	20	1.419	1.587	3.798
Cisão	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências *	-	-	-	-	-	-	-	-
31/12/2022	(27.477)	(9.231)	(8.681)	(911)	-	(18.979)	(61.313)	(126.592)
Adições	**(2.003)**	**(407)**	**(812)**	**(115)**	**-**	**(1.060)**	**(11.420)**	**(15.817)**
Baixas	**-**	**60**	**-**	**6**	**-**	**924**	**1.317**	**2.307**
31/12/2023	**(29.480)**	**(9.578)**	**(9.493)**	**(1.020)**	**-**	**(19.115)**	**(71.416)**	**(140.102)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

d) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R$ 30 (R$ 216,55 em Dezembro de 2022). Os referidos encargos foram capitalizados pela média das taxas contratadas, as quais estão divulgadas na nota explicativa. e) Bens dados em garantia: Não existem bens dados em garantia para a Algar Tecnologia na data de 31 de Dezembro de 2023.

9. Intangível - a) Intangível – valor líquido contábil

	Sistemas de informação	Intangível em andamento	Total
31/12/2023			
Custo	**98.562**	**5.819**	**104.381**
Amortização acumulada	**(81.485)**	**-**	**(81.485)**
Intangível Líquido	**17.077**	**5.819**	**22.896**
31/12/2022			
Custo	95.805	2.409	98.214
Amortização acumulada	(73.621)	-	(73.621)
Intangível Líquido	22.184	2.409	24.593

b) Movimentação do custo - consolidado

	Sistemas de informação	Intangível em andamento	Total
31/12/2021	93.513	3.374	96.887
Adições	-	2.451	2.451
Baixas	(1.124)	-	(1.124)
Transferências *	3.416	(3.416)	-
31/12/2022	95.805	2.409	98.214
Adições	**-**	**6.167**	**6.167**
Baixas	**-**	**-**	**-**
Transferências	**2.757**	**(2.757)**	**-**
31/12/2023	**98.562**	**5.819**	**104.381**

(*) O saldo de transferência refere-se à reclassificação de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c) Movimentação da amortização

	Sistemas de informação	Total
31/12/2021	(64.880)	(64.880)
Adições	(9.402)	(9.402)
Cisão	661	661
31/12/2022	(73.621)	(73.621)
Adições	**(7.864)**	**(7.864)**
Baixas	**-**	**-**
31/12/2023	**(81.485)**	**(81.485)**

d) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa - A Administração da Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo imobilizado ou intangível com vida útil definida possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Administração deve estimar o valor recuperável do ativo. Com base nas fontes externas e internas utilizadas pela Administração para sua gestão da Companhia, não há indicativos de que os ativos imobilizados e ativos intangíveis (que possuem todos vida útil definida) possam ter sofrido desvalorização..

10. Ativo de direito de uso - IFRS16/ CPC06

Custo	Algar Tech 31/12/2023			
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	422	19	(12)	**429**
Imóveis	6.039	270	-	**6.309**
	6.461	**289**	**(12)**	**6.738**

Depreciação	Algar Tech 31/12/2023			
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	(63)	(97)	-	**(160)**
Imóveis	(1.687)	(2.629)	-	**(4.316)**
	(1.750)	**(2.726)**	**-**	**(4.476)**
	4.711	**(2.437)**	**(12)**	**2.262**

11. Debêntures - Em 18 de abril de 2019, a companhia Algar Tecnologia e Consultoria S/A concluiu sua 2ª emissão pública de debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476, no montante de R$ 85.000. Foram emitidas 85.000 debêntures. A emissão, realizada em série única, possui remuneração de CDI + 1,70% a.a. e prazo de 5 anos. Os recursos captados foram utilizados para o financiamento de investimento da Companhia. Os saldos das debêntures emitidas, são compostos como segue:

	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**43.541**
Pagamento do principal	**(21.250)**
Pagamentos de juros	**(4.733)**
Juros no período	**4.243**
Total debêntures	**21.801**
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(45)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**21.756**
Circulante	**21.756**
Não circulante	**-**
	21.756

	31/12/2022
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**64.981**
Pagamento do principal	**(21.250)**
Pagamentos de juros	**(6.558)**
Juros no período	**6.591**
Total debêntures	**43.764**
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(223)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**43.541**
Circulante	**22.336**
Não circulante	**21.205**
	43.541

Debêntures	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Moeda nacional:		
Principal	**21.250**	43.764
Juros	**551**	-
	21.801	43.764
(-) Gastos com emissão de debêntures a apropriar	**(45)**	(223)
	21.756	43.541

	31/12/2023			31/12/2022		
	Passivo circulante	**Passivo não circulante**	**Total**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Total**
Saldo de debêntures	**21.801**	**-**	**21.801**	22.514	21.250	43.764
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(45)**	**-**	**(45)**	(178)	(45)	(223)
Valor líquido	**21.756**	**-**	**21.756**	22.336	21.205	43.541

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

	31/12/2023	31/12/2022
2022	**-**	-
2023	**-**	21.250
2024	**21.756**	22.514
	21.756	43.764

Em 18 de abril de 2023, a companhia Algar Tecnologia amortizou parte do principal no valor de R$ 21.250 junto ao banco Bocom. Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures, calculados semestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações consolidadas da controladora Algar TI e da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 todos os índices foram cumpridos, conforme quadro abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
Dívida financeira líquida/EBITDA – realizado (*)	=	**0,67**	=	2,53
Meta trimestral	≤	**3,00**	≤	3,00

(*) Saldo da rubrica lucro bruto, deduzido das despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas/receitas operacionais líquidas, somado ao saldo das rubricas "Depreciação" e "Amortização" (incluindo amortização de ágio, líquida de deságio).

12. Passivo de arrendamento - IFRS16/CPC06 - a) Movimentação passivo circulante

Passivo Curto Prazo	Algar Tech 31/12/2023					
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Pagamentos**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	160	-	(125)	43	38	116
Imóveis	871	-	(2.973)	484	3.031	1.413
	1.031	**-**	**(3.098)**	**527**	**3.069**	**1.529**

b) Movimentação passivo não circulante

Passivo Curto Prazo	Algar Tech 31/12/2023						
Classes de Ativos	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	207	19	-	(11)	-	(38)	177
Imóveis	3.736	270	-	-	-	(3.031)	975
	3.943	**289**	**-**	**(11)**	**-**	**(3.069)**	**1.152**
	4.974	**289**	**(3.098)**	**(11)**	**527**	**-**	**2.681**

c) Pagamentos mínimos

	Algar Tech Em 1 ano	de 2 a 5 anos	Total
Valores mínimos a pagar	1.782	1.198	2.980
Despesa de juros	(253)	(47)	(300)
	1.529	1.151	2.680

d) Contratos por prazo e taxa de descontos

Prazo dos contratos	Taxa Anual Sem Garantia (IBR Clean)	Com Garantia(*) (IBR Full)
1 ano	13,86%	13,36%
2 anos	13,40%	12,90%
3 anos	13,04%	12,54%
4 anos	13,02%	12,52%
5 anos	13,04%	12,54%

(*) Somente para o grupo de imóveis

13. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores faturados	**26.170**	24.130
Fornecedores a faturar	**4.698**	8.127
	30.868	32.257

14. Impostos, taxas e contribuições

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	**249**	284
IRRF e CSRF	**557**	360
COFINS	**1.150**	1.312
ICMS	**23**	46
ISS	**1.441**	1.501
INSS	**1.234**	1.318
Contribuição previdenciária - CPRB (i)	**6.492**	6.492
Outros Tributos	**-**	100
	11.146	11.413
Passivo circulante	**4.654**	4.921
Passivo não circulante	**6.492**	6.492
	11.146	11.413

(i) Em 2020 a Companhia teve êxito em ação judicial que trata do enquadramento do serviço de telecobrança no conceito de call center, com reconhecimento do direito de recolhimento da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos – INSS patronal.

15. Salários, provisões e encargos sociais

	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	**12.756**	11.415
Encargos sociais sobre salários e ordenados	**3.546**	3.203
Férias e encargos	**18.849**	16.359
Gratificações	**1.067**	1.133
Outras obrigações trabalhistas	**90**	63
	36.308	32.173
Passivo circulante	**36.308**	32.173

16. Provisões e depósitos judiciais - A Companhia avalia periodicamente seus riscos de contingências, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	10.922	11.008	213	22.143
Adições	15.279	7	20	15.306
Atualização monetária	13.136	751	22	13.909
Pagamentos	(10.563)	(2)	(15)	(10.580)
Baixa por perda (depósito judicial)	(1.259)	(62)	(14)	(1.335)
Baixas	(2.655)	(4)	(9)	(2.668)
Provisões em 31/12/2022	24.860	11.698	217	36.775
Depósitos judiciais	(7.028)	(9.806)	(8)	(16.842)
Provisões líquidas em 31/12/2022	17.832	1.892	209	19.933
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.860	11.698	217	36.775
Adições (i)	**2.708**	**118**	**418**	**3.244**
Atualização monetária	**2.939**	**818**	**102**	**3.859**
Pagamentos	**(6.545)**	**(1)**	**(25)**	**(6.571)**
Baixa por perda (depósito judicial)	**(1.316)**	**(214)**	**(3)**	**(1.533)**
Transferência para outras obrigações	**(3.368)**	**-**	**-**	**(3.368)**
Baixas(ii)	**(10.776)**	**(3)**	**(10)**	**(10.789)**
Provisões em 31/12/2023	**8.502**	**12.416**	**699**	**21.617**
Depósitos judiciais	**(3.061)**	**(10.223)**	**(6)**	**(13.290)**
Provisões líquidas em 31/12/2023	**5.441**	**2.193**	**693**	**8.327**

(i) Aumento de provisões decorrente da quantidade de novos processos entrantes com estimativas de perdas prováveis mais elevadas e, aumento das estimativas de perdas de processos prováveis que já estavam provisionados. Tivemos também alterações de grau de risco de processos ativos na base anterior que estavam
com a avaliação de risco possível ou remoto e, na nova avaliação tiveram seu grau de risco alterado para o risco provável, os valores estimados de perda foram acrescidos de forma significativa nas provisões reconhecidas no balanço.

(ii) Baixas por alteração de grau de risco e por pagamentos de certas demandas judiciais. Em 2023 foram realizadas baixas de contingências de um grupo de processos trabalhistas objeto de ações rescisórias na Companhia, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal decidiu nos embargos de declaração no recurso extraordinário nº 958.252, em sessão de julgamento ocorrida em 29/11/2023, que, são cabíveis e devem ser julgadas procedentes as ações rescisórias propostas com fulcro no art. 525, § 15, do CPC, com fundamento no precedente estabelecido pelo STF na ADPF 324, desde que a execução ainda não tenha sido concluída, ou seja, desde que a ação rescisória alcance valores que ainda não tenham sido pagos ao trabalhador. Os processos judiciais e administrativos provisionados têm como principais objetos. *Cíveis* - A Companhia apresenta como principais pedidos na esfera cível indenização por dano moral e/ou material em razão de relação com o cliente, funcionários e/ou fornecedores e discussões de eventuais dívidas com ex prestadores de serviços. (Em 2023 valor da provisão R$ 699, em 2022 R$ 217). *Trabalhistas* - A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cujas discussões envolvem basicamente, horas extras e diferenças salariais. (Em 2023 valor da provisão R$ 8.502, em 2022 R$ 24.860). *Tributárias* - FAP: FAP: A Companhia impetrou mandado de segurança para discutir a inconstitucionalidade e ilegalidade das normas que instituíram o fator acidentário de prevenção ("FAP"), aplicável às alíquotas da contribuição ao seguro de acidente do trabalho. Sentença de primeira instância favorável. Discussão classificada como provável. Envolve áreas previdenciária e tributária (Em 2023 valor da provisão R$ 9.026, em 2022 R$ 8.503). Contribuições Previdenciárias: A Companhia impetrou mandado de segurança para questionar a incidência de contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias. Decisão vigente favorável. Discussão classificada como provável em razão da publicação do acórdão proferido pelo STF em sede de repercussão geral - RE 1.072.485 (Em 2023 valor da provisão R$ 1.882, em 2022 R$ 1.718). A Companhia possui outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco provável. (Em 2023 valor da provisão R$ 1.508, em 2022 R$ 1.477).

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	31/12/2023	31/12/2022
ISS	**60.970**	47.871
Tributos federais	**3.447**	3.146
INSS	**559**	529
Trabalhistas	**6.327**	16.578
Cível	**11.475**	10.046
Outros	**1.637**	1.919
	84.415	80.089

Trabalhista - SSaldo não provisionado decorrente da classificação possível e remota de pedidos cujo êxito é provável, quais sejam, dano moral e material, jornada de trabalho, vale transporte, benefícios e honorários advocatícios são classificados como possíveis (Valor envolvido: R$ 6.327). *Tributárias* - ISS: ISS: A Companhia questiona a legitimidade de alguns municípios para cobrança de ISS em decorrência da prestação de serviços. (Valor envolvido: R$ 60.970). Outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco possível. (Valor envolvido: R$ 5.643). *Cível* - A Companhia apresenta como principais pedidos na esfera cível indenização por dano moral e/ou material em razão de relação com o cliente, funcionários e/ou fornecedores e discussões de eventuais dívidas com antigos prestadores de serviços. (Valor envolvido R$ 11.475)

c) Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais sem provisões:		
Tributário	**-**	-
Trabalhista	**2.570**	3.977
Cível	**9**	9
	2.579	3.986
Depósitos judiciais com provisões:		
Tributário	**10.223**	9.806
Trabalhista	**3.061**	7.028
Cível	**6**	8
	13.290	16.842
Total	**15.869**	20.828

17. Outras obrigações

	31/12/2023	31/12/2022
Outras obrigações (*)	**8.537**	3.658
Passivo circulante	**5.981**	3.658
Passivo não circulante	**2.556**	-

(*) Em 31/12/2023 a companhia mantem o valor de R$ 8.467 registrado no grupo de Outras Obrigações, decorrente de acordo firmado com clientes.

18. Patrimônio líquido - a) Capital social - Em 25 de Abril de 2023, o capital social da Companhia foi aumentado em R$ 23.000, sendo em adiantamento para futuro aumento de capital, passando de R$ 118.893 para R$ 141.893. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R$141.893 e R$ 118.893 respectivamente, representado por 9.576 ações ordinárias. As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia. b) Reserva legal - Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, observando o limite máximo de 20% do capital social. O montante de reserva legal em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 6.704 e R$ 5.489 respectivamente. c) Reserva de retenção de lucros - Em 2023 o saldo de R$ 9.353 remanescente dos lucros acumulados foi reclassificado e será aplicado na modernização e expansão dos negócios da Companhia, por proposta da Administração, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. d) Dividendos - Em 29 de novembro de 2023 em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a distribuição de Dividendos Intercalares no valor de R$ 14.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os dividendos propostos e intercalares são demonstrados como segue:

	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	**24.292**
Reserva Legal - 5%	**(1.215)**
Resultado base para distribuição de dividendos	**23.077**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**5.769**
Dividendo por Ação ON (em R$)	**0,60**
Total dos dividendos obrigatórios:	**5.769**
Dividendos mínimos obrigatório	**5.769**
Dividendos mínimos obrigatórios anos anteriores	**-**
Dividendos Intercalares	**8.231**
Total dos Dividendos Intercalares	**14.000**

ALGAR TECNOLOGIA E CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 21.246.699/0001-44

e) Ajuste de avaliação patrimonial - Na adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia optou pela atribuição de custo a determinados ativos imobilizados, conforme permitido pela nova norma contábil. Dessa forma, foram atribuídos custos a certos imóveis, incluindo terrenos e edificações, de modo a refletir, contabilmente, os seus respectivos valores justos na data de adoção dos novos pronunciamentos, cujo efeito apurado foi contabilizado no patrimônio líquido, na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial. A definição dos custos atribuídos aos terrenos e edificações foram apurados com base em avaliação patrimonial efetuada por empresa especializada na avaliação de imóveis, mediante a emissão de laudo técnico direcionado à devida finalidade. O saldo do custo atribuído, da Companhia representado pela rubrica contábil "Ajuste de avalição patrimonial" era de R$ 6.069 em 31/12/2023 (R$ 6.346 em 31/12/2022).

19. Partes relacionadas - A controladora direta da Companhia é a Algar TI, cuja controladora final é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar S.A."). Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas no resultado desses exercícios.

Saldos - ativo circulante

	31/12/2023			31/12/2022		
	Contas a receber (a)	Títulos a receber (b)	Total	Contas a receber (a)	Títulos a receber (b)	Total
Controladora:						
Algar S.A	-	-	-	451	-	451
Total	-	-	-	451	-	451
Relacionadas:						
Algar Telecom	**6.790**	-	**6.790**	8.061	-	8.061
Alga Multimídia	**5**	-	**5**	-	-	-
Algar S.A	**6**	-	**6**	27	-	27
Outros	**6**	**31**	**37**	133	136	269
Total	**6.807**	**31**	**6.838**	8.221	136	8.357
Total Partes relacionadas	**6.807**	**31**	**6.838**	8.672	136	8.808

Saldos - ativo não circulante

	31/12/2023		31/12/2022	
	Títulos a receber (b)	Total	Títulos a receber (b)	Total
Controladora:				
Algar TI	-	-	-	-
Total :	-	-	-	-

Saldos - passivo circulante

	31/12/2023				31/12/2022			
	Fornecedores (d)	Títulos a pagar (c)	Dividendos a pagar (e)	Total	Fornecedores (d)	Títulos a pagar (c)	Dividendos a pagar (e)	Total
Controladora:								
Algar TI	-	**2.477**	-	**2.477**	-	3.339	2.582	5.921
Total	-	**2.477**	-	**2.477**	-	3.339	2.582	5.921
Relacionadas:								
Algar Telecom	**8**	-	-	**8**	8	-	-	8
Algar Multimída	-	-	-	-	43	-	-	43
Algar S.A.	-	**227**	-	**227**	1.132	229	-	1.361
Outros	**133**	**153**	-	**286**	101	2	-	103
Total	**141**	**380**	-	**521**	1.284	231	-	1.515
Total Partes relacionadas	**141**	**2.857**	-	**2.998**	1.284	3.570	2.582	7.436

	31/12/2023			31/12/2023		
	Receita operacional bruta (f)	Custos dos serviços prestados (g)	Despesas gerais e administrativas (g)	Receita operacional bruta (f)	Custos dos serviços prestados (g)	Despesas gerais e administrativas (g)
Relacionadas:						
Algar S/A	**108**	-	-	130	-	-
Algar Telecom	**42.181**	**(1.076)**	-	41.142	(1.250)	-
Space Empreendimentos	-	**(40)**	-	-	(45)	-
Algar Multimídia	-	**(136)**	-	524	(586)	-
Algar Soluções	-	-	-	-	-	-
Outros	**133**	**(994)**	-	1.060	(835)	(5)
Total Partes relacionadas	**42.422**	**(2.246)**	-	42.856	(2.716)	(5)

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:
(a) Contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais da Companhia;
(b) Títulos a receber provenientes de compartilhamento de despesas das operações das empresas do grupo;
(c) Títulos a pagar provenientes de operações das empresas do Grupo por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais;
(d) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar;
(e) Saldos de dividendos a pagar à controladora;
(f) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas;
(g) Custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; Serviço de telemarketing, administração de call center, locação de pontos de atendimento, cobrança e back-office;

Avais e fianças - A controladora da companhia, a empresa Algar TI, é garantidora de dívida contraída junto a certas instituições financeiras, a saber:

31/12/2023

Empresa	Garantidor	Instituição financeira	Saldo devedor	Total
Algar Tecnologia	Algar TI	Banco Bocom BBM	**21.801**	**21.801**

20. Receita operacional líquida

	31/12/2023	31/12/2022
Relacionamento com cliente	**457.588**	409.970
Serviços Gerenciados	**7.438**	7.622
Receita operacional bruta	**465.026**	417.592
Deduções das vendas	**(42.548)**	(40.715)
Receita operacional líquida	**422.478**	376.877

21. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(276.202)**	(242.296)
Materiais	**(1.485)**	(1.981)
Serviços de terceiros	**(46.908)**	(34.934)
Depreciação e amortização	**(25.818)**	(23.745)
Outros	**(9.977)**	(11.483)
	(360.390)	(314.439)

22. Despesas com vendas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(7.035)**	(4.793)
Serviços de terceiros	**(966)**	(1.344)
Depreciação e amortização	-	(491)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa (nota 5)	-	5
Gastos mercadológicos	**(1.182)**	(1.995)
Outros	**(12)**	(34)
	(9.195)	(8.652)

23. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(17.655)**	(20.067)
Depreciação e amortização	**(591)**	(1.712)
Serviços terceiros	**(12.221)**	(14.144)
Outros	**(2.003)**	(494)
	(32.470)	(36.417)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/12/2023	31/12/2022
Reversão (Constituição) de provisões para riscos	**3.481**	(13.558)
Ganho (perda) na venda de imobilizado	**(27)**	(497)
Outras receitas (despesas), líquidas	**1.302**	683
	4.756	(13.372)

25. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de aplicações financeiras	**3.992**	1.956
Variação monetária	**2.096**	3.143
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	**169**	213
Reversão de atualização de provisões	**4.062**	543
Outras receitas financeiras	**587**	2.208
Total das receitas financeiras	**10.906**	8.063
Juros sobre debêntures	**(4.243)**	(6.596)
Descontos concedidos	-	-
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	**(3.898)**	(14.532)
Taxa e tarifas bancárias	**(49)**	(170)
Despesas de Juros – IFRS 16/ CPC 06	**(527)**	(575)
Outras despesas financeiras	**(141)**	(78)
Total das despesas financeiras	**(8.858)**	(21.951)
Despesas financeiras, líquidas	**2.048**	(13.888)

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - A Companhia tem exposição aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. a) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento. Os ativos da Companhia, avaliados como sujeitos a risco de crédito, suscetíveis de eventual perda, correspondem ao contas a receber. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a risco de crédito. *Contas a receber de clientes* - O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Companhia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma criteriosa análise de crédito. Essa análise é definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação. Políticas semelhantes são utilizadas para análise de crédito, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência. Em razão das naturezas dos negócios, há concentração de receita em reduzido número de clientes. No ano de 2023, a receita liquida consolidada foi de R$ 422.478 (R$ 417.592 no mesmo período de 2022, mantendo se estável em relação a receita líquida.

	Concentração da receita		
	Nº de clientes	31/12/2023	31/12/2022
Algar Tecnologia	7	**80,20%**	**76,97%**

b) Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	31/12/2023			
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos
Debêntures	**21.756**	**22.671**	**22.671**	-
Total	**21.756**	**22.671**	**22.671**	-

	31/12/2022			
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos
Debêntures	43.541	48.830	48.830	-
Total	43.541	48.830	48.830	-

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

c) Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios. A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. *Risco de taxas de câmbio* - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A Companhia não possui exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no período corrente bem como no período comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade - taxas de juros - Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de 1 ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco - Indice Bovespa		Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)		11,65%	14,56%	17,48%
Variável de risco	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	Aumento do CDI	2.540	3.175	3.810
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário			635	1.270

d) Risco operacional - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados. e) Gestão de capital - AA política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. Ao administrar seu capital, os objetivos da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. f) Valores estimados de mercado - *Contas a receber* - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras. *Títulos a receber de partes relacionadas* - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19. *Fornecedores* - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. *Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira)* - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		31/12/2023	
	Classificação	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e bancos	(a)	140	140
Aplicações financeiras	(a)	18.534	18.534
Contas a receber	(b)	81.245	81.245
Títulos a receber	(b)	31	31
		99.950	99.950
Passivo			
Fornecedores	(b)	30.868	30.868
Debêntures	(b)	21.756	22.671
Adiantamentos de clientes	(b)	80	80
Títulos a pagar	(b)	2.857	2.857
		55.561	56.476

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;
(b) Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. h) Hierarquia de valor justo - Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2023			31/12/2022		
Ativos	Caixa e bancos	Aplicações financeiras	Total	Caixa e bancos	Aplicações financeiras	Total
Nível 1	**140**	-	**140**	1.091	-	1.091
Nível 2	-	**18.534**	**18.534**	-	20.746	20.746
Total	**140**	**18.534**	**18.674**	1.091	20.746	21.837

27. Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev - Benefícios de curto prazo - Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia concede plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados. As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com "salários, provisões e encargos sociais". Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos e os saldos ainda não liquidados estão apresentados na Nota Explicativa nº 15. Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev - A Companhia e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev. Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos: (a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente; (b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. Os gastos com os planos podem ser assim demonstrados:

	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição	**166**	101

28. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 169.416 para danos materiais e R$ 315.725 para lucros cessantes; R$ 18.000 para responsabilidade civil para as empresas, abrangendo a Companhia e suas controladas. Para proteção de dados e responsabilidade cibernética composta por R$ 15.000 consolidado.

29. Eventos subsequentes - Em 02 de Janeiro de 2024 a Controladora Algar TI realizou Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para a Companhia no valor de R$ 7.000.

Diretoria Estatutária

Diretor Presidente – Carlos Maurício Ferreira
Diretor Administrativo Financeiro e de Gente – Carlos Henrique Vilarinho
Diretor de TI e CX - Riemann Cesar
Diretor MSP - William Roberto de Moraes Lopes

Responsáveç técnico

José Adilson Gurgel
TC CRC GO 7.580 T MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Algar Tecnologia e Consultoria S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Algar Tecnologia e Consultoria S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Algar Tecnologia e Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Receitas de prestação de serviços a faturar* - Por que é um PAA - Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o total de serviços prestados a faturar é de R$30.382 em 31 de dezembro de 2023. Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (c), os serviços prestados e não faturados, dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até a data de fechamento mensal. Neste sentido, devido à relevância das receitas a faturar no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto em 31 de dezembro de 2023, consideramos os serviços prestados a faturar como um principal assunto de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: I. Entendimento e auditoria do lançamento manual registrado pela Administração da Companhia, relativo à receita de prestação de serviços incorrida no fim do exercício social e ainda não faturada. II. Avaliação do desenho e teste da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas e das receitas a faturar, incluindo a avaliação do desenho e teste da implementação de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes, com uso de nossos especialistas de tecnologia da informação, para os quais destacamos: a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável. b) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receitas de prestação de serviços a faturar. III. Realização de procedimentos analíticos substantivos. IV. Realização de procedimento substantivo de detalhe sobre os saldos de serviços prestados a faturar em 31 de dezembro de 2023, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte. V. Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que as receitas de prestação de serviços a faturar e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de abril de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
ASSOCIAÇÃO CIVIL DE BENEFICIOS MUTUO CHÁCARAS PRAIÃO

O Presidente do Conselho de Administr ação da, **ASSOCIAÇÃO CIVIL DE BENEFICIOS MUTUO CHÁCARAS PRAIÃO** no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social nos termos dos artigos 53, ao 61, "caput", da Lei nº 10.406 de 10 janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), convoca os associados para a Assembleia Geral a realizar-se no dia 18 de abril de 2024, no escritório de contabilidade: Aseccon. Na Av. Ortizio Borges, 2457 – Santa Monica – Uberlândia/MG. A primeira chamada dar-se-á às 18:00 horas do dia mencionado com a presença mínima de 20 pessoas, segunda chamada às 18:30 horas onde instalar-se-á a Assembleia com mínimo de 04 pessoas para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:
1ª) Nomeação de departamento jurídico para a Associação
2) Aprovação para atendimento de solicitação de ofício da promotoria do meio ambiente de Araguari.
3) Ratificação/Aprovação dos atos e assuntos tratados na assembleia de 24/01/2024 quando não se publicou em tempo hábil o edital nos termos do estatuto vigente.
5) Outros assuntos

O presente Edital de convocação será publicado em sistema eletrônico (sites, e-mails, whatsapp, etc...), "mídias sociais" (facebook, instagram, telegram) e jornal de grande circulação, bem como, afixado em locais de circulação dos interessados.

Uberlândia MG, 08 abril de 2024

Diretor Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23117.012617/2023-61

Pregão nº 90009/2024

A **DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, torna público para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitações fará a abertura da sessão pública no dia 23/04/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras, objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva com reposição de peças e atendimentos emergenciais em elevadores/plataformas, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.

A Empresa interessada em participar desta Licitação deverá examinar o Edital e seus anexos disponíveis no site da Universidade Federal de Uberlândia, no endereço: http://www.licitacoes.ufu.br.

Só terá valor legal para efeito do Processo Licitatório o Edital disponibilizado conforme acima, valendo as demais versões, inclusive a do site: http://www.comprasnet.gov.br, apenas como divulgação.

Cleiton Rodrigues de Oliveira Martins
Diretor de Compras e Licitações
Portaria de Designação nº 209/2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23117.072054/2023-60

Pregão nº 90008/2024

A **DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, da UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**, torna público para conhecimento dos interessados, que a Comissão Permanente de Licitações fará a abertura da sessão pública no dia 22/04/2024 às 09h00 no site www.gov.br/compras, objetivando a aquisição de equipamentos de rede de tecnologia da informação e comunicação (tic) como firewall de grande porte, ponto de acesso indoor e outdoor, controladora de pontos de acesso e injetor poe, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.

A Empresa interessada em participar desta Licitação deverá examinar o Edital e seus anexos disponíveis no site da Universidade Federal de Uberlândia, no endereço: http://www.licitacoes.ufu.br.

Só terá valor legal para efeito do Processo Licitatório o Edital disponibilizado conforme acima, valendo as demais versões, inclusive a do site: http://www.comprasnet.gov.br, apenas como divulgação.

Cleiton Rodrigues de Oliveira Martins
Diretor de Compras e Licitações
Portaria de Designação nº 209/2019

ALGAR TI CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 05.510.654/0001-89

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Algar TI Consultoria apresenta, a seguir, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os membros da Diretoria encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos a respeito dos referidos documentos. Uberlândia-MG 31 de dezembro de 2023.

A Administração.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**39.936**	57.666	**17.855**	34.190
Contas a receber	5	**199.242**	190.029	**66.009**	69.447
Estoques		**580**	389	**169**	137
Tributos a recuperar	6	**26.965**	26.136	**12.870**	13.370
Imposto de renda e contribuição		**580**	521	**-**	-
Dividendos a receber	22b	**-**	-	**-**	2.582
Despesas antecipadas		**5.871**	5.210	**2.971**	1.347
Títulos a receber	22c	**31**	130	**2.477**	3.340
Outros créditos		**10.692**	4.838	**3.916**	2.363
Total do ativo circulante		**283.897**	284.919	**106.267**	126.776
Não circulante					
Títulos a receber	22f	**-**	-	**-**	754
Tributos a recuperar	6	**42.280**	40.187	**1.786**	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	**380**	810	**-**	-
Aplicação financeira		**3.670**	3.048	**3.670**	3.048
Depósitos judiciais	18j	**2.704**	4.930	**110**	944
Outros créditos		**622**	533	**480**	176
		49.656	49.508	**6.046**	6.602
Investimentos	8	**-**	-	**193.881**	171.928
Imobilizado	9	**122.971**	129.443	**9.735**	11.414
Intangível	10	**149.954**	158.931	**127.058**	134.235
Ativo de direito de uso - IFRS16/ CPC06	11	**6.451**	10.023	**3.962**	4.951
Total do ativo não circulante		**329.032**	347.905	**340.682**	329.130
Total do ativo		**612.929**	632.824	**446.949**	455.906

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido cirulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**55.687**	46.714	**41.798**	42.188
Debêntures	13	**21.756**	32.673	**-**	10.337
Passivo de arrendamento - IFRS16/ CPC06	14	**2.411**	3.073	**1.229**	2.041
Fornecedores	16	**46.414**	58.582	**13.771**	22.027
Impostos, taxas e contribuições	15	**16.850**	17.504	**6.354**	6.006
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7a	**2.861**	2.354	**-**	-
Salários, provisões e encargos sociais	17	**81.703**	72.351	**33.203**	32.348
Títulos a pagar	22d	**1.430**	1.091	**1.048**	1.311
Receitas antecipadas		**2.424**	2.213	**1.153**	1.291
Outras obrigações	19	**6.549**	8.959	**481**	5.188
Total do passivo circulante		**238.085**	245.514	**99.037**	122.737
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	**30.000**	71.500	**30.000**	71.500
Debêntures	13	**-**	21.205	**-**	-
Passivo de arrendamento - IFRS16/ CPC06	14	**4.808**	7.393	**3.076**	3.080
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7b	**13.958**	9.878	**9.549**	9.549
Provisões para demandas judiciais	18	**17.814**	27.520	**9.487**	7.587
Receitas antecipadas/diferidas		**6.130**	3.330	**2.728**	1.461
Impostos taxas e, contribuições	15	**6.492**	6.492	**-**	-
Outras obrigações		**2.570**	-	**-**	-
Total do passivo não circulante		**81.772**	147.318	**54.840**	93.177
Patrimônio líquido	20				
Capital social		**293.039**	201.039	**293.039**	201.039
Prejuízos Acumulados		**(5.882)**	(33.850)	**(5.882)**	(33.850)
Adiantamento p/ futuro aumento de capital – AFAC		**-**	70.000	**-**	70.000
Outros resultados abrangentes		**5.915**	2.803	**5.915**	2.803
Total do patrimônio líquido		**293.072**	239.992	**293.072**	239.992
Total do passivo e do patrimônio líquido		**612.929**	632.824	**446.949**	455.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva legal	Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucro/ Prejuízo acumulado	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	201.039	-	11.994	-	75.707	-	5.290	-	294.030
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(75.707)	-	-	-	(75.707)
Outras mutações	-	-	-	-	-	(40)	-	-	(40)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	70.000	70.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	(2.487)	-	(2.487)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(45.804)	-	-	(45.804)
Absorção de reservas	-	-	(11.994)	-	-	11.994	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	201.039	-	-	-	-	(33.850)	2.803	70.000	239.992
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	22.000	22.000
Aumento de capital (19)	92.000	-	-	-	-	-	-	(92.000)	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.972	-	-	27.972
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	3.112	-	3.112
Outras Mutações	-	-	-	-	-	(4)	-	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**293.039**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.882)**	**5.915**	**-**	**293.072**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Receita operacional líquida	23	**849.422**	739.222	**292.498**	261.300
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	24	**(718.628)**	(634.376)	**(253.477)**	(243.863)
Resultado bruto		**130.794**	104.846	**39.021**	17.437
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas	25	**(24.408)**	(25.726)	**(3.255)**	(7.178)
Despesas gerais e administrativas	26	**(54.209)**	(60.394)	**(18.167)**	(21.003)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	**4.885**	(16.731)	**357**	(4.107)
Equivalência patrimonial	8	**-**	-	**25.691**	(6.617)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**57.062**	1.995	**43.647**	(21.468)
Resultado financeiro líquido:		**(21.569)**	(34.512)	**(15.675)**	(16.949)
Receitas financeiras	28	**17.009**	17.671	**4.337**	9.214
Despesas financeiras	28	**(38.578)**	(52.183)	**(20.012)**	(26.163)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social:		**35.493**	(32.517)	**27.972**	(38.417)
Imposto de renda e contribuição social:		**(7.521)**	(13.287)	**-**	(7.387)
Corrente	7c	**(2.820)**	1.232	**-**	1.087
Diferido	7c	**(4.701)**	(14.519)	**-**	(8.474)
Resultado do exercício		**27.972**	(45.804)	**27.972**	(45.804)
Quantidade de ações (ON)		**-**	-	**356.576.915**	356.576.915
Média Ponderada		**-**	-	**356.576.915**	356.576.915
Resultado por ação (em R$)		**-**	-	**0,008**	(0,013)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**27.972**	(45.804)	**27.972**	(45.804)
Ajuste de conversão de balanços	**3.112**	(2.487)	**3.112**	(2.487)
Resultado abrangente total	**31.084**	(48.291)	**31.084**	(48.291)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022- (Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do Imposto de renda e contribuição social	**35.494**	(32.517)	**21.312**	(38.417)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerados pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	**-**	-	**(19.031)**	6.617
Depreciação e amortização	**43.529**	43.289	**15.746**	15.975
Ganho/Perda na venda de imobilizado e intangível	**(23)**	23	**(9)**	(475)
Encargos financeiros sobre empréstimos e debêntures	**24.414**	31.087	**17.165**	23.884
Outros encargos financeiros	**2.693**	3.425	**1.027**	(6.935)
(Reversão) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(556)**	142	**(532)**	119
Constituição (reversão) de provisões, líquidas	**(1.540)**	15.010	**1.682**	1.452
	104.011	60.459	**37.360**	2.220
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber	**(8.658)**	(42.318)	**3.969**	(13.999)
(Aumento) redução em estoques	**(191)**	(4)	**(32)**	(26)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	**(2.981)**	(18.558)	**394**	(6.971)
Redução (Aumento) em depósitos judiciais	**2.226**	1.319	**834**	168
(Aumento) em outros ativos	**(7.283)**	(132)	**(3.137)**	(2.271)
Aumento (Redução) em fornecedores	**(14.627)**	12.272	**(8.140)**	7.035
Aumento em salários, provisões e encargos	**9.352**	1.925	**855**	(1.393)
Aumento (redução) em obrigações fiscais correntes	**(653)**	5.365	**348**	744
Aumento em receita antecipada	**3.011**	4.136	**1.128**	2.232
Redução (aumento) em outros passivos circulantes e não circulante	**(93)**	(3.765)	**(4.605)**	6.785
Pagamentos de provisões	**(7.107)**	(10.589)	**(536)**	(9)
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(997)**	(1.386)	**-**	-
Total das variações dos ativos e passivos	**(28.001)**	(51.735)	**(8.922)**	(7.705)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades	**76.010**	8.724	**28.438**	(5.485)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamento por aquisição de investimentos	**-**	-	**-**	(34.026)
Adiantamento para futuro aumento de capital, em controladas	**-**	-	**(23.000)**	-
Aquisição ativo imobilizado e intangível	**(21.359)**	(32.382)	**(5.672)**	(7.754)
Venda de imobilizado	**83**	543	**10**	111
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	**-**	-	**33.182**	12.244
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades de investimento	**(21.276)**	(31.839)	**4.520**	(29.425)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Emissão de empréstimos e debêntures	**27.719**	9.678	**-**	-
Pagamento principal de empréstimos e debêntures	**(92.465)**	(77.902)	**(51.500)**	(51.500)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures	**(24.272)**	(30.694)	**(17.892)**	(23.923)
Adiantamento para futuro aumento de capital	**22.000**	70.000	**22.000**	70.000
Pagamento de passivo de arrendamento	**(5.223)**	(4.251)	**(1.678)**	(1.874)
Reembolso de capital a acionistas	**(51)**	(10)	**(51)**	(10)
Pagamento de dividendos	**-**	(94.691)	**-**	(94.691)
Adições (pagamento) de mútuo	**-**	-	**-**	(8.794)
Outros encargos financeiros (IOF e outros)	**(172)**	-	**(172)**	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos (aplicados) gerados pelas atividades de financiamento	**(72.464)**	(127.870)	**(49.293)**	(110.792)
Aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(17.730)**	(150.985)	**(16.335)**	(145.702)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**57.666**	208.651	**34.190**	179.892
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**39.936**	57.666	**17.855**	34.190

Transações que não afetaram caixa - No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentadas como segue:

	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021	Individual 31/12/2022	Individual 31/12/2021
Aquisição de imobilizado e intangível	**13.711**	11.252	**2.013**	2.128
Juros Capitalizados	**183**	548	**153**	**332**
Direito de Uso – CPC06 (IFRS 16)	**6.451**	10.023	**3.962**	4.951
	20.345	21.823	**6.128**	7.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Algar TI Consultoria S.A., ("Companhia" ou "Algar TI"), com sede em Belo Horizonte/MG, empresa do grupo brasileiro Algar, é uma sociedade por ações, de capital fechado e suas atividades compreendem soluções em tecnologia para processos de negócios, serviços gerenciados, e relacionamento com cliente. A Companhia faz parte do Grupo Algar, cujas atividades compreendem telecomunicações, agronegócios, entretenimento e serviços. A *holding* do Grupo Algar é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar S.A."), atual controladora da Companhia. As operações exercidas pela Companhia, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de relacionamento com cliente, TI e consultoria especializada. Em TI, a Companhia oferece serviços gerenciados (MSP - Managed Service Provider) com foco em automação do "digital workspace" em cloud ou on premise para melhor disponibilidade e mais produtividade do usuário de TI. Os serviços incluem service desk, serviços profissionais, serviços de consultoria e alocação de profissionais que são executados por meio de profissionais especializados, inteligência artificial e plataforma de automação. Em relacionamento com cliente (CX - Customer Experience), atua nos segmentos de televendas, operações de SAC, cobrança com foco em recuperação de crédito, back-office de negócios. A companhia possui compreensão profunda da jornada do cliente para a eficiência e melhor experiência do consumidor, com interações digitais efetivas e contato humano único. Reorganização societária: Os órgãos de governança da Companhia aprovaram operação de cisão parcial de determinados ativos e passivos que serão vertidos para a Algar Tecnologia e Consultoria S.A. e Algar S.A. Empreendimentos e Participações, com o objetivo de segregação dos negócios de Customer Experience (CX) e manutenção dos negócios de Managed Services Provider (MSP), o que permitirá melhor foco gerencial e melhor entendimento e acompanhamento desses negócios pelo mercado. Como a operação será integralmente implementada dentro do Grupo Econômico, não acarretará alteração na posição societária do controlador, permanecendo a mesma antes e depois da implementação, sendo afastada a aplicabilidade de operação descontinuada ao caso. Na mesma ocasião a controlada Algar Tecnologia e Consultoria S.A. realizará a cisão parcial de determinados ativos e passivos que serão vertidos para a Algar S.A. Empreendimentos e Participações, com o objetivo de melhor gerenciamento de referidos ativos, o que permitirá à Controlada melhor foco em seu core business. A operação será implementada no primeiro semestre de 2024. Eventos societários ocorridos em 2022 - a) Em 29 de abril de 2022, a companhia, e, assembleia geral, aprovou aumento de capital na controlada Algar Tecnologia, mediante utilização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R$ 34.026. b) Em 02 de dezembro de 2022, a controladora da Companhia, em assembleia geral efetuou remessa a título de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R$ 70.000. Eventos societários ocorridos em 2023 - a) Em 02 de janeiro de 2023 a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para sua controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A no valor de R$ 13.000. b) Em 31 de março de 2023, a Controladora Algar S.A. efetuou adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia (AFAC), no valor de R$ 22.000. c) Em 12 de abril de 2023, a Companhia realizou Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para sua controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A no valor de R$ 10.000. d) Em 25 de abril de 2023, sua Controladora Algar S.A. efetuou integralização através de adiantamento para futuro aumento de capital na Companhia, no valor de R$ 92.000. e) Em 25 de abril de 2023, a Companhia realizou integralização de capital para sua controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A através de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R$ 23.000. f) Em 01 de dezembro de 2023, a Companhia realizou integralização de capital para sua controlada Algar TI Consultoria S/A na república Argentina, no valor de R$ 754.

2. Bases de preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e validadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), bem como em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 04 de abril de 2024. b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Controladora e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 5 - Contas a receber; Nota explicativa 7 - Imposto de renda e contribuição social; Nota explicativa 9 - Imobilizado; Nota explicativa 10 - Intangível; Nota explicativa 11 e 14 - Ativo e passivo de direito de uso - IFRS16/ CPC06 Nota explicativa 18 - Provisões e depósitos judiciais.

3. Sumário das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. a) Bases de consolidação - i) *Controladas* - Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixe de existir.

	31/12/2023 % de participação no capital: Direta Total	Direta votante	Indireta Calculada	31/12/2022 % de participação no capital: Direta Total	Direta votante	Indireta Calculada
Algar Tecnologia	**100**	**100**	**-**	100	100	-
Asyst Colômbia	**100**	**100**	**-**	100	100	-
Algar Tech México	**98**	**98**	**2**	98	98	2

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da controladora. Os procedimentos de consolidação utilizados pela Companhia são os previstos no CPC 36 (R3) - IFRS 10 - Consolidated Financial Statements - Demonstrações Consolidadas.

ii) *Transações em moeda estrangeira* - As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira convertido pela taxa correspondente ao final do exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação. b) Ativos circulantes e não circulantes - i) *Caixa e equivalentes de caixa* - Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado. ii) *Investimento* - São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum. Os investimentos que a Controladora possui com controladas no exterior são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, através da conversão para a moeda funcional e, as variações cambiais são reconhecidas como resultado abrangente. iii) *Imobilizado* - *Reconhecimento e mensuração* - Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a esse ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela Entidade, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controlados separadamente, inclusive para fins de depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação e do valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo e são reconhecidos pelo valor líquido dessa diferença diretamente no resultado do exercício. *Custos subsequentes* - Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. *Depreciação* - A depreciação é calculada sobre o valor do custo do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos 31/12/2023	31/12/2022
Edificações e instalações prediais	**60**	**60**
Benfeitorias em propriedades de terceiros	**6**	**8**
Equipamentos de terminais	**10**	**11**
Equipamentos de energia e climatização	**16**	**16**
Máquinas e equipamentos	**13**	**13**
Móveis e utensílios	**14**	**14**
Equipamentos de processamento de dados	**5**	**5**

Os valores de recuperação dos ativos imobilizados da Companhia e suas controladas, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação iv) *Intangível e ágio* - *Ágio* - O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos identificáveis assumidos. Caso a reavaliação conclua que os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa. O ágio por rentabilidade futura, resultante de uma aquisição de negócios, é submetido ao teste de recuperabilidade pelo menos anualmente e, quando aplicável, é apresentado deduzido de eventuais ajustes para refletir o valor recuperável. *Pesquisa e desenvolvimento* - Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente quando os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, o produto ou serviço for viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. *Outros ativos intangíveis* - As licenças adquiridas de programas de computador (Software) e de sistemas de gestão empresarial são mensurados pelo valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação destes sistemas são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. *Gastos subsequentes* - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Amortização* - Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos intangíveis.

	Vida útil média em anos 31/12/2023	31/12/2022
Sistemas de informação	**6**	6
Carteira de clientes	**10**	10
Cláusula de não competição	**10**	10
Direito de uso	**10**	10

v) *Ativos e passivos financeiros* - *Reconhecimento inicial* - A Companhia deve reconhecer um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial apenas quando ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a entidade deve classificá-lo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros deve ser reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação. *Desreconhecimento de ativo financeiro* - Um ativo financeiro deve ser desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. *Desreconhecimento de passivo financeiro* - A Companhia deve baixar o passivo financeiro (no todo ou em parte) de seu balanço patrimonial apenas quando ele for extinto, tendo por liquidada, cancelada ou expirada a obrigação especificada no contrato. *Classificação de instrumentos financeiros* - A classificação do ativo financeiro passou a ter por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A classificação do valor justo deve observar, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios: i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. *Reconhecimento e mensuração inicial* - Um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Classificação de ativos financeiros* - O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; • os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal. Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. *Redução no valor recuperável* - Os novos requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. *Reconhecimento de perda de crédito esperada* - A Companhia deve reconhecer uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais devem ser aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. A Companhia deve aplicar os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa provisão deve ser contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na data do balanço deve ser mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, deve ser feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses. O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável. *Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais. c) Passivos circulantes e não circulantes - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. i) *Provisões* - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, ou se a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para contingência e determinada pela administração, de acordo com a expectativa de perdas com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. ii) *Benefícios a empregados* - *Plano de pensão* - As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. *Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados* - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. iii) *Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. A Companhia e suas controladas praticam a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. d) Reconhecimento de receitas - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. *Receita de serviços de Relacionamento com o Cliente (CX – Customer Experience) e serviços gerenciados (MSP - Managed Service Provider)* - As receitas com prestação de serviços são reconhecidas mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até a data de fechamento mensal, inclusive receitas de suas controladas fora do Brasil. A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de quaisquer variações decorrentes de solicitações adicionais, reivindicações e pagamentos de incentivos contratuais, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer. De acordo com o CPC 47, no contexto dos contratos da Companhia, a taxa de instalação constitui insumo da promessa de transferência do serviço e, portanto, serão consideradas como uma única obrigação de desempenho, com reconhecimento ao longo do tempo do contrato, ou seja, à medida que o serviço for prestado. Para as receitas variáveis com medição mensal dos serviços prestados ao cliente, reconhecemos a receita de serviços pelo valor que a Companhia tem o direito reconhecido de faturar ao cliente, conforme expediente prático B16 do CPC 47. e) Receitas e despesas financeiras - Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas, incluindo aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros e alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado. Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado e perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("*impairment*") que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstradas líquidas, no resultado do exercício. f) Patrimônio líquido - *Reserva legal* - A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social. *Reserva de retenção de lucros* - A partir das exigências da Lei 11.638/2007 os saldos remanescentes em lucros acumulados após as destinações aplicáveis são transferidos para essa rubrica, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado em Assembleia de Acionistas. *Dividendos* - Conforme previsto no estatuto social da Companhia, sobre o lucro do exercício, após de reduzida a reserva legal, são calculados dividendos à base de 25%, os quais são objeto de aprovação pela assembleia geral de acionistas que aprovar as demonstrações financeiras do correspondente exercício. g) Demonstração dos fluxos de caixa - A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, conforme, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03. h) Arrendamento - Ao firmar os contratos, a Companhia e suas controladas avaliam se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. Os seguintes requisitos são considerados na avalição dos contratos de arrendamento: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia; • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$ 20 (vinte mil reais). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem: • Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; • O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; • O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e • Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

ALGAR TI CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 05.510.654/0001-89

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). • O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação. Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda por redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01 (R1). Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período em ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos. Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento. i) PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento - A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS. l) *Novas normas e interpretações* - Normas e interpretações novas e revisadas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios subsequentes: No corrente exercício, a Companhia e as suas controladas aplicaram as alterações respondentes transações, outros eventos ou condições, mesmo as IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis aos seus negócios, e que são obrigatoriamente válidas para um período contábil iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro e descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. Na avaliação da Companhia, ela não possui contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). • Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – fazendo julgamentos de materialidade. As alterações, adotadas pela Companhia no exercício corrente, modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis e substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correntes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. • Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro — Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação. As alterações, cuja adoção não traz impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis. • A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. Essas alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. As normas e interpretações novas e alteradas, que foram emitidas, mas ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, e não espera que a sua adoção tenha um impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras, em períodos futuros. • Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — venda ou contribuição na forma de ativos entre um Investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, mas a adoção antecipada é permitida. Os diretores da Companhia acreditam que a adoção dessas alterações não terá impacto relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas, caso venham a ocorrer transações dessa natureza. • Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes. As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. De acordo com essas alterações: (i) a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço; (ii) a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, (iii) os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço; (iv) a definição de 'liquidação' diz que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Os diretores da Companhia não acreditam que a aplicação dessas alterações possa acarretar algum impacto significativo sobre as suas demonstrações financeiras consolidadas. • Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants. As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Isto deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante. Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade deve divulgar informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Os diretores da Companhia entendem que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a natureza e a composição dos Covenants previstos nos contratados de captação de recursos financeiros atualmente vigentes. • Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores. As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores • Informações sobre o risco de liquidez; As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. • Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o ele não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	**4.296**	4.431	**763**	**1.701**
Aplicações de liquidez imediata	**35.640**	53.235	**17.092**	32.489
	39.936	57.666	**17.855**	**34.190**

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário) remunerado por uma taxa média de 102,3% (102,5% em 2022) do CDI no individual e 102,3% (102,4% em 2022) do CDI no consolidado. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 29. As aplicações financeiras possuem prazos de carência para resgate inferiores a 90 dias das datas de aquisição dos instrumentos financeiros, e seus valores são prontamente conversíveis em montante conhecido de valor e com liquidez imediata.

5. Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores faturados	**118.739**	117.920	**41.579**	45.613
Valores não faturados	**83.220**	75.382	**26.021**	25.957
	201.959	193.302	**67.600**	71.570
Provisão para perda esperada	**(2.717)**	(3.273)	**(1.591)**	(2.123)
	199.242	190.029	**66.009**	69.447

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na nota explicativa 29.

a) A composição por idade dos valores a receber vencidos e a vencer é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	**186.928**	174.809	**63.647**	66.435
Vencidos até 30 dias	**9.081**	12.313	**2.163**	2.027
Vencidos entre 31 e 60 dias	**2.335**	1.566	**8**	976
Vencidos entre 61 e 90 dias	**658**	211	**190**	9
Vencidos entre 91 e 120 dias	**253**	141	**6**	1
Vencidos há mais de 120 dias	**2.704**	4.262	**1.586**	2.122
	201.959	193.302	**67.600**	71.570

b) A movimentação da provisão para perda esperada é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	**(3.273)**	(3.141)	**(2.123)**	(2.004)
Reversão (constituição) de provisão no exercício	**556**	(142)	**532**	(119)
Baixas contra contas a receber	**-**	10	**-**	-
Saldo final	**(2.717)**	(3.273)	**(1.591)**	(2.123)

6. Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS	**3**	38	**-**	39
COFINS	**5.366**	5.343	**1.474**	1.449
PIS	**1.350**	1.392	**337**	326
IRPJ/CSLL	**21.386**	21.491	**12.113**	12.574
INSS (*)	**32.827**	31.899	**678**	589
ISS	**1.334**	1.705	**-**	-
Outros	**6.979**	4.455	**54**	73
	69.245	66.323	**14.656**	15.050
Ativo circulante	**26.965**	26.136	**12.870**	13.370
Ativo não circulante	**42.280**	40.187	**1.786**	1.680

* Créditos tributários provenientes de êxito em ação judicial que trata do enquadramento do serviço de telecobrança no conceito de call center, com reconhecimento do direito de recolhimento da CPRB – Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos – INSS patronal, que será liquidada em ação de cumprimento de sentença para recebimento mediante precatórios no longo prazo.

7. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social	**2.861**	2.354	**-**	-
	2.861	2.354	**-**	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

		Consolidado		Individual	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Diferenças temporárias ativas:				
a	Prejuízo fiscal	**12.376**	21.788	**11.144**	11.144
b	Base de cálculo negativa – CSLL	**12.381**	19.499	**11.150**	11.150
c	Provisões de processos	**31.930**	44.665	**10.313**	7.890
d	Provisão para perda esperada com clientes	**2.709**	3.241	**1.591**	2.123
e	Fornecedores a faturar	**8.990**	14.559	**4.433**	6.432
f	Amortização mais valia	**7.564**	7.564	**7.564**	7.564
g	Arrendamentos - IFRS 16	**744**	432	**325**	171
h	Provisões e outros	**5.263**	4.858	**1.824**	3.048
i	Base de cálculo diferenças temporárias ativas (soma de c a h)	**57.200**	75.319	**26.050**	27.228
i.1	BC ativo diferido, exclusões temporárias não constituído, baixa teste impairment	**-**	(18.627)	**-**	(1.177)
i.2	Base de cálculo ativo diferido contábil	**57.200**	56.694	**26.050**	26.050
	Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
J	IR diferido prejuízos fiscais 25% (25% de a)	**3.094**	5.447	**2.786**	2.786
K	CSLL diferida 9% (9% de b)	**1.114**	1.755	**1.003**	1.004
L	Total ((34% de i.2) +J+K))	**23.656**	26.477	**12.646**	12.647
	Diferenças temporárias passivas:				
m	Diferença de depreciação - CPC 20	**(34.625)**	(31.196)	**(5.926)**	(4.204)
n	Juros sobre obras, capitalizados	**(4.887)**	(5.224)	**(3.054)**	(3.143)
o	Custo atribuído	**(12.172)**	(12.439)	**-**	-
p	Amortização de ágio	**(58.224)**	(58.224)	**(58.224)**	(58.224)
q	Lei 11.638/2007 e outros	**(2.773)**	2.111	**-**	-
r	Base de cálculo diferenças temporárias passivas (m até q)	**(112.681)**	(104.972)	**(67.204)**	(65.571)
r.1	BC ativo diferido, exclusões temporárias não constituído	**3.169**	426	**1.924**	288
r.2	Base de cálculo ativo diferido contábil	**(109.512)**	(104.546)	**(65.280)**	(65.283)
	Alíquota nominal	**34%**	34%	**34%**	34%
s	Total (34% de r.2)	**(37.234)**	(35.545)	**(22.195)**	(22.196)
t	Imposto de renda e contribuição social líquida (s+l)	**13.578**	9.068	**(9.549)**	(9.549)
u	Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, líquido	**380**	810	**-**	-
v	Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos (t-u)	**(13.958)**	(9.878)	**(9.549)**	(9.549)

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Administração, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional. A Companhia possui saldo de prejuízos fiscais, bases negativas de imposto de renda e contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R$ 19.085 no individual e R$ 25.865 consolidado, não constituído com base nas expectativas de não realização parcial dos saldos totais registrados em 31 de dezembro de 2023 (R$ 19.044 no individual e R$ 30.306 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

c) Tributos sobre o resultado do exercício

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Corrente:				
Imposto de renda	**(2.656)**	239	**-**	794
Contribuição social	**(164)**	993	**-**	293
	(2.820)	1.232	**-**	1.087
Diferido				
Imposto de renda	**(4.061)**	(10.830)	**-**	(6.230)
Contribuição social	**(640)**	(3.689)	**-**	(2.244)
	(4.701)	(14.519)	**-**	(8.474)
	(7.521)	(13.287)	**-**	(7.387)
Imposto de renda	**(6.717)**	(10.591)	**-**	(5.436)
Contribuição social	**(804)**	(2.696)	**-**	(1.951)
	(7.521)	(13.287)	**-**	(7.387)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**35.493**	(32.517)	**27.972**	(38.417)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**(12.068)**	11.056	**(9.510)**	13.062
Equivalência Patrimonial	**-**	-	**8.735**	(2.250)
Efeito da dedução de PAT	**33**	15	**-**	-
Incentivos tecnológicos	**623**	936	**-**	238
Adições e exclusões permanentes	**(2.331)**	1.522	**262**	317
IR/CS créditos tributários	**-**	6.021	**-**	1.648
Provisão para perda IR e CS - teste de impairment	**(2.409)**	(23.500)	**-**	(18.648)
IR/CS Diferido não constituído (*)	**7.277**	(8.951)	**513**	(1.753)
Outros	**1.354**	(386)	**-**	(1)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	**(7.521)**	(13.287)	**0**	(7.387)
Alíquota efetiva	**(21)%**	41%	**0%**	19%

(*) Os valores de R$ 7.277 e R$ (8.951) se refere a movimentação de diferenças temporárias líquidas, as quais não foram reconhecidas na contabilidade devido a não expectativa de resultado positivo, por isso impactou a linha do imposto corrente.

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, sobre o prejuízo fiscal, a base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias está apresentada a seguir:

Consolidado 31/12/2023		Individual 31/12/2023	
2024	**947**	2024	**674**
2025	**1.217**	2025	**1.217**
2026	**1.881**	2026	**1.576**
2027	**2.071**	2027	**1.505**
2028	**2.203**	2028	**1.414**
2029	**2.276**	2029	**1.353**
2030	**2.354**	2030	**1.290**
2031	**2.439**	2031	**1.226**
2032	**2.531**	2032	**1.161**
2033	**2.632**	2033	**1.097**
	20.553		**12.515**

8. Investimentos

	Individual	
	31/12/2023	31/12/2022
Participação em empresas controladas	**193.881**	171.928
	193.881	171.928

a) Mutação dos investimentos

	Algar Tecnologia	Algar Tech Argentina	Algar Tech Mexico	Algar Tecnologia SAS	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	126.553	2.751	9.838	8.642	147.784
Integralização de capital	34.026	-	-	-	34.026
Dividendos adicionais aprovados	(737)	-	-	-	(737)
Equivalência patrimonial	(12.743)	(758)	4.305	2.578	(6.618)
Ajuste de conversão	-	219	(2.595)	(111)	(2.487)
Outras Mutações	-	(40)	-	-	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	147.099	2.172	11.548	11.109	171.928
Integralização de capital	**23.000**	**754**	**-**	**-**	**23.754**
Dividendos adicionais aprovados	**(30.600)**	**-**	**-**	**-**	**(30.600)**
Equivalência patrimonial	**24.292**	**(2.044)**	**4.755**	**(1.312)**	**25.691**
Ajuste de conversão	**-**	**188**	**2.121**	**803**	**3.112**
Outras Mutações	**(1)**	**(3)**	**1**	**(1)**	**(4)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**163.790**	**1.067**	**18.425**	**10.599**	**193.881**

b) Informações sobre as principais controladas, com base nas informações contábeis de 31 de dezembro de 2023 e 2022

31/12/2023	Algar Tecnologia	Algar Tech Argentina	AlgarTech Mexico	Algar Tecnologia SAS
Ativo circulante	**114.817**	**1.630**	**12.793**	**51.371**
Ativo não circulante	**179.025**	**395**	**1.368**	**1.444**
Total do ativo	**293.842**	**2.025**	**14.161**	**52.815**
Passivo circulante	**105.385**	**958**	**1.657**	**34.376**
Passivo não circulante	**24.667**	**-**	**1.905**	**14**
Patrimônio líquido	**163.790**	**1.067**	**10.599**	**18.425**
Capital social	**141.893**	**3.243**	**8.640**	**9.054**
Receita líquida	**422.478**	**22.502**	**24.397**	**89.688**
Resultado líquido do exercício	**24.292**	**(2.044)**	**(1.312)**	**4.755**

31/12/2022	Algar Tecnologia	Algar Tech Argentina	AlgarTech Mexico	Algar Tecnologia SAS
Ativo circulante	116.431	4.730	11.736	31.620
Ativo não circulante	187.994	221	2.359	884
Total do ativo	304.425	4.951	14.095	32.504
Passivo circulante	103.556	2.024	2.616	20.956
Passivo não circulante	53.771	754	370	-
Patrimônio líquido	147.098	2.173	11.109	11.548
Capital social	118.893	3.882	8.071	7.785
Receita líquida	376.877	22.712	23.460	57.069
Resultado líquido do exercício	(12.743)	(758)	2.578	4.305

31/12/2023	Algar Tecnologia	AlgarTech Mexico	Algar Tech Argentina	Algar Tecnologia SAS
Quantidade de ações ou quotas possuídas:				
Ações ON	**9.576**	**49**	**100.00**	**7.050.000**
Ações PN	**-**	**-**	**-**	**-**
Percentual de participação direta da controladora:				
No capital social	**100%**	**98%**	**100%**	**100%**
No capital votante	**100%**	**98%**	**100%**	**100%**

31/12/2022	Algar Tecnologia	AlgarTech Mexico	Algar Tech Argentina	Algar Tecnologia SAS
Quantidade de ações ou quotas possuídas:	9.576	49	100.00	7.050.000
Ações ON	-	-	-	-
Ações PN				
Percentual de participação direta da controladora:				
No capital social	100%	98%	100%	100%
No capital votante	100%	98%	100%	100%

9. Imobilizado - a) Imobilizado - Valor líquido contábil - consolidado:

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de terminais meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2022										
Custo	81.302	11.254	17.208	4.008	-	28.732	125.933	7.932	11.740	288.109
Depreciação acumulada	(27.849)	(9.547)	(10.106)	(3.420)	-	(20.632)	(87.112)	-	-	(158.666)
Imobilizado líquido	53.453	1.707	7.102	588	-	8.100	38.821	7.932	11.740	129.443
31/12/2023										
Custo	**84.909**	**11.176**	**17.847**	**4.091**	**-**	**28.343**	**136.599**	**7.932**	**8.017**	**298.914**
Depreciação acumulada	**(30.007)**	**(9.919)**	**(11.038)**	**(3.962)**	**-**	**(20.944)**	**(100.073)**	**-**	**-**	**(175.943)**
Imobilizado líquido	**54.902**	**1.257**	**6.809**	**129**	**-**	**7.399**	**36.526**	**7.932**	**8.017**	**122.971**

b) Movimentação do custo – consolidado:

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de terminais meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2021	78.928	11.568	17.377	4.554	51	29.080	116.258	7.932	14.465	280.213
Adições	53	-	-	15	-	-	1.551	-	15.212	16.831
Baixas	(1.074)	(314)	(389)	(769)	(51)	(1.668)	(4.670)	-	-	(8.935)
Transferências (*)	3.395	-	220	208	-	1.320	12.794	-	(17.937)	-
31/12/2022	81.302	11.254	17.208	4.008	-	28.732	125.933	7.932	11.740	288.109
Adições	**43**	**2**	**-**	**14**	**-**	**13**	**893**	**-**	**12.110**	**13.075**
Baixas	**-**	**(79)**	**-**	**(12)**	**-**	**(931)**	**(1.248)**	**-**	**-**	**(2.270)**
Transferências (*)	**3.565**	**-**	**639**	**81**	**-**	**529**	**11.019**	**-**	**(15.833)**	**-**
31/12/2023	**84.910**	**11.177**	**17.847**	**4.091**	**-**	**28.343**	**136.597**	**7.932**	**8.017**	**298.914**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

c) Movimentação da depreciação - consolidado

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de terminais meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2021	(27.219)	(9.341)	(9.495)	(3.689)	(35)	-20.927	(76.932)	(147.638)
Adições	(1.509)	(497)	(922)	(472)	-	(1.259)	(14.016)	(18.675)
Baixas	879	291	311	741	35	1.554	3.836	7.647
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-	-
31/12/2022	(27.849)	(9.547)	(10.106)	(3.420)	-	(20.632)	(87.112)	(158.666)
Adições	**(2.158)**	**(434)**	**(931)**	**(548)**	**-**	**(1.235)**	**(14.470)**	**(19.776)**
Baixas	**-**	**62**	**-**	**6**	**-**	**923**	**1.508**	**2.499**
Transferências (*)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
31/12/2023	**(30.007)**	**(9.919)**	**(11.037)**	**(3.962)**	**-**	**(20.944)**	**(100.074)**	**(175.943)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

d) Imobilizado - Valor líquido contábil - individual:

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos terminais e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2023									
Custo	**1.745**	**372**	**2.259**	**1.805**	**-**	**2.581**	**33.578**	**468**	**42.808**
Depreciação acumulada	**(426)**	**(329)**	**(1.544)**	**(1.582)**	**-**	**(1.819)**	**(27.373)**	**-**	**(33.073)**
Saldo líquido	**1.319**	**43**	**715**	**223**	**-**	**762**	**6.205**	**468**	**9.735**
31/12/2022									
Custo	1.705	374	2.259	1.805	-	2.582	32.227	679	41.631
Depreciação acumulada	(297)	(306)	(1.425)	(1.499)	-	(1.645)	(25.045)	-	(30.217)
Saldo líquido	1.408	68	834	306	-	937	7.182	679	11.414

e) Movimentação do custo – Individual

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2021	2.100	383	2364	2.498	23	2.698	32.613	1419	44.098
Adições	-	-	-	-	-	-	-	1.693	1.693
Baixas	(788)	(9)	(105)	(764)	(23)	(164)	(2.307)	-	(4.160)
Transferências (*)	393	-	-	71	-	48	1.921	(2.433)	-
31/12/2022	1.705	374	2.259	1.805	-	2.582	32.227	679	41.631
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.377**	**1.377**
Baixas	**-**	**(2)**	**-**	**-**	**-**	**(1)**	**(197)**	**-**	**(200)**
Transferências (*)	**40**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.548**	**(1.588)**	**-**
31/12/2023	**1.745**	**372**	**2.259**	**1.805**	**-**	**2.581**	**33.578**	**468**	**42.808**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

f) Movimentação da depreciação - individual

	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Maquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2021	(729)	(268)	(1.367)	(2.101)	(16)	(1.603)	(24.066)	(30.150)
Adições	(199)	(44)	(126)	(129)	-	(176)	(2.956)	(3.630)
Baixas	631	6	68	731	16	134	1.977	3.563
31/12/2022	(297)	(306)	(1.425)	(1.499)	-	(1.645)	(25.045)	(30.217)
Adições	**(129)**	**(24)**	**(119)**	**(83)**	**-**	**(174)**	**(2.523)**	**(3.052)**
Baixas	**-**	**1**	**-**	**-**	**-**	**-**	**195**	**196**
31/12/2023	**(426)**	**(329)**	**(1.544)**	**(1.582)**	**-**	**(1.819)**	**(27.373)**	**(33.073)**

(*) O saldo de transferências refere-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

g) Bens dados em garantia - Não existem bens dados em garantia para a Companhia na data de 31 de dezembro de 2023. h) Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado - No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R$ 153 (R$ 332 em dezembro de 2022) o que corresponde a 0,9% (1,4% em 2022) do total de juros contabilizados e passíveis de capitalização. No consolidado o valor somou R$ 183 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 548 em dezembro de 2022) com percentual de 0,9% (1,8% em 2022). Os referidos encargos foram capitalizados pela média das taxas contratadas, as quais estão divulgadas na nota explicativa.

10. Intangível - A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

a) Intangível - Valor líquido contábil - consolidado

Consolidado	Sistemas de informação	Carteira de clientes	Cláusula de não competição	Direito de uso	Ágio rentabilidade futura	Intangível em andamento	Total
31/12/2023							
Custo	**169.985**	**35.433**	**489**	**1.116**	**96.396**	**6.305**	**309.724**
Amortização acumulada	**(123.037)**	**(35.138)**	**(489)**	**(1.106)**	**-**	**-**	**(159.770)**
Intangível líquido	**46.948**	**295**	**-**	**10**	**96.396**	**6.305**	**149.954**
31/12/2022							
Custo	160.474	35.433	489	1.116	96.396	5.573	299.481
Amortização acumulada	(107.471)	(31.595)	(489)	(995)	-	-	(140.550)
Intangível líquido	53.003	3.838	-	121	96.396	5.573	158.931

b) Movimentação do custo – consolidado:

Consolidado	Sistemas de informação	Carteira de clientes	Cláusula de não competição	Direito de uso	Ágio rentabilidade futura	Intangível em andamento	Total
31/12/2021	145.448	35.433	489	1.116	96.396	13.165	292.047
Adições	28	-	-	-	-	8.912	8.940
Baixas	(1.506)	-	-	-	-	-	(1.506)
Transferências (*)	16.504	-	-	-	-	(16.504)	-
31/12/2022	160.474	35.433	489	1.116	96.396	5.573	299.481
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.346**	**10.346**
Baixas	**(103)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(103)**
Transferências (*)	**9.613**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9.613)**	**-**
31/12/2023	**169.984**	**35.433**	**489**	**1.116**	**96.396**	**6.306**	**309.724**

c) Movimentação da amortização – consolidado:

Consolidado	Sistemas de informação	Carteira de clientes	Cláusula de não competição	Direito de uso	Total
31/12/2021	(91.806)	(28.052)	(489)	(883)	(121.230)
Adições	(16.653)	(3.543)	-	(112)	(20.308)
Baixas	988	-	-	-	988
31/12/2022	(107.471)	(31.595)	(489)	(995)	(140.550)
Adições	**(15.566)**	**(3.543)**	**-**	**(111)**	**(19.220)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
31/12/2023	**(123.037)**	**(35.138)**	**(489)**	**(1.106)**	**(159.770)**

d) Intangível - Valor líquido contábil – individual:

Individual	Sistemas de informação	Carteira de clientes	Cláusula de não competição	Direito de uso	Ágio rentabilidade futura	Intangível em andamento	Total
31/12/2023							
Custo	**71.423**	**35.433**	**489**	**1.116**	**96.396**	**487**	**205.344**
Amortização acumulada	**(41.553)**	**(35.138)**	**(489)**	**(1.106)**	**-**	**-**	**(78.286)**
Intangível líquido	**29.870**	**295**	**-**	**10**	**96.396**	**487**	**127.058**
31/12/2022							
Custo	64.567	35.433	489	1.116	96.396	3.164	201.165
Amortização acumulada	(33.851)	(31.595)	(489)	(995)	-	-	(66.930)
Intangível líquido	30.716	3.838	-	121	96.396	3.164	134.235

ALGAR TI CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 05.510.654/0001-89

e) Movimentação do custo – individual:

	Individual						
	Sistemas de informação	Carteira de clientes	Cláusula de não competição	Direito de uso	Ágio rentabilidade futura	Intangível em andamento	Total
31/12/2021	51.496	35.433	489	1.116	96.396	9.792	194.722
Adições	-	-	-	-	-	6.460	6.460
Baixas	(17)	-	-	-	-	-	(17)
Transferências	13.088	-	-	-	-	(13.088)	-
31/12/2022	64.567	35.433	489	1.116	96.396	3.164	201.165
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**4.179**	**4.179**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências	**6.856**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(6.856)**	**-**
31/12/2023	**71.423**	**35.433**	**489**	**1.116**	**96.396**	**487**	**205.344**

f) Movimentação da amortização – individual:

	Individual				
	Sistemas de informação	Carteira de clientes	Cláusula de não competição	Direito de uso	Total
31/12/2021	(26.598)	(28.052)	(489)	(883)	(56.022)
Adições	(7.253)	(3.543)	-	(112)	(10.908)
Baixas	-	-	-	-	-
31/12/2022	(33.851)	(31.595)	(489)	(995)	(66.930)
Adições	**(7.702)**	**(3.543)**	**-**	**(111)**	**(11.356)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
31/12/2023	**(41.553)**	**(35.138)**	**(489)**	**(1.106)**	**(78.286)**

g) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa - A companhia revisa anualmente por ocasião do encerramento de suas demonstrações financeiras (ou quando eventos e circunstâncias adversas ocorrem), o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se houve eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar perdas no seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A base para apuração do valor recuperável dos ativos adotada pela Companhia é o valor em uso. Considerando as convergências de ofertas de serviços e os ativos operacionais da Companhia e em linha com sua estratégia de atuação, a administração da Companhia adotou o conceito de segregação em linhas de negócio para garantir que os investimentos e esforços da Companhia, tenham a assertividade necessária para o atendimento das necessidades específicas dos clientes. Na estimativa do valor em uso do ativo da UGC, o fluxo de caixa futuro da Companhia é estimados em reais constantes (sem efeito inflacionário) e é descontado ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (Weighted Average Cost of Capital) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no Capital Asset Pricing Model ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos. O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: • Crescimento da receita e consequentemente do fluxo de caixa futuro: é baseada nas estratégias de criação de valor, as quais incluem observação do comportamento histórico de cada linha de negócio. Conservadoramente, para os testes de ativo fixo e intangível, a Companhia optou por não incluir crescimento em suas receitas e custos, mantendo a performance e sua projeção do valor em uso utilizando como base o realizado do ano de 2023. Para os testes de ágio e impostos diferidos, foram consideradas as projeções de crescimento para os próximos 10 anos, conforme plano de longo prazo da Companhia. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelo acionista da Companhia. O custo da dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta. • Taxa de crescimento na perpetuidade: reflete condição da Companhia de gerar um fluxo de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade. A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste. A seguir, apresentam-se as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:
Variações nas principais premissas:

Variações Financeiras	Em pontos percentuais
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxa de crescimento na perpetuidade	+/- 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios 2022 e 2023 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida. De forma consistente com as políticas internas, a avaliação do valor em uso foi efetuada para um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas (exclusivamente para o ágio) tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa e principalmente devido ao fato do retorno no mercado de atuação da Companhia ser superior ao período de 5 anos. Para o teste do ágio e impostos diferidos, os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto nominal de 15,0% e 14,6% em 2023 e 2022, respectivamente, com as projeções de resultado aplicando a inflação (IPCA 3,5%) + PIB (2%) conforme as projeções macroeconômicas.

11. Ativo de direito de uso - IFRS16/ CPC06 - a) Movimentação do custo – Consolidado

Custo	Consolidado			
	31/12/2023			
Classe de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	2.227	83	(48)	**2.262**
Imóveis	10.404	615	(162)	**10.857**
	12.631	**698**	**(210)**	**13.119**

Depreciação	Consolidado			
	31/12/2023			
Classe de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	(243)	(458)	-	**(701)**
Imóveis	(2.365)	(4.025)	423	**(5.967)**
	(2.608)	**(4.483)**	**423**	**(6.668)**
	10.023	**(3.785)**	**213**	**6.451**

b) Movimentação do custo – Individual

Custo	Individual			
	31/12/2023			
Classes de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	1.805	64	(36)	**1.833**
Imóveis	4.004	317	-	**4.321**
	5.809	**381**	**(36)**	**6.154**

Depreciação	Individual				
	31/12/2023				
Classes de Ativo	**Saldo 31/12/2022**		**Adições**	**Baixas**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	(180)	-	360	-	**(540)**
Imóveis	(678)	-	974	-	**(1.652)**
	(858)		**(1.334)**	**-**	**(2.192)**
	4.951	**-**	**953**	**(36)**	**3.962**

12. Empréstimos e financiamentos - As informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, são descritas a seguir. Outras informações, incluindo aquelas sobre exposição a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez estão na nota explicativa nº 29. Em 28 de novembro de 2019, a Companhia contratou empréstimo junto ao banco Santander, no montante de R$ 46.000, com remuneração de CDI + 2,24% a.a. e prazo de 5 anos. Os recursos captados serão utilizados para o financiamento de investimento da Companhia. Em 26 de novembro de 2020, a Companhia contratou empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A, no montante de R$ 120.000, com remuneração de CDI + 2,0% a.a. e prazo de 5 anos. Os recursos captados serão utilizados para o financiamento de investimento da Companhia.
Movimentação de empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2023
	Consolidado	Individual
Saldo inicial em 31 de dezembro, líquido	**118.214**	**113.688**
Aquisições	**27.719**	**-**
Pagamento principal	**(61.215)**	**(41.500)**
Pagamentos juros	**(18.725)**	**(17.078)**
Juros	**19.694**	**16.688**
Saldo final em 31 de dezembro, líquido	**85.687**	**71.798**
Em 31 de dezembro:		
Circulante	**55.687**	**41.798**
Não circulante	**30.000**	**30.000**
Saldo contábil, líquido	**85.687**	**71.798**

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos:				
Empréstimos em moeda nacional	**71.798**	118.214	**71.798**	113.688
Empréstimos em moeda estrangeira	**13.889**	-	**-**	-
	85.687	118.214	**71.798**	113.688
Passivo circulante	**55.687**	46.714	**41.798**	42.188
Passivo não circulante	**30.000**	71.500	**30.000**	71.500

Os contratos de financiamentos da Companhia e suas controladas estão indexados de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDI	**71.798**	118.214	**71.798**	113.688
IBR	**13.889**	-	**-**	-
Total	**85.687**	118.214	**71.798**	113.688

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

Juros	Instituição Financeira	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
De 13,01% a 20%	Banco do Brasil, Santander, Bancolombia, Banco Occidente	**85.687**	118.214	**71.798**	113.688
Total		**85.687**	118.214	**71.798**	113.688

A totalidade do saldo de circulante de empréstimos e financiamentos refere-se à maturação corrente dos contratos de longo prazo. Os empréstimos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	Consolidado 31/12/2023		Consolidado 31/12/2022		Individual 31/12/2023		Individual 31/12/2022
		2022	-			2022	-
2023	-	2023	41.500	2023	-	2023	41.500
2024	-	2024	30.000	2024	-	2024	**30.000**
2025	**30.000**	2025	-	2025	**30.000**	2025	-
	30.000		71.500		**30.000**		**71.500**

Cláusulas contratuais (covenants) - A Companhia e sua controlada Algar Tecnologia têm contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants") que estabelecem índices máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos. Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos são exigidos em bases consolidadas e são calculados semestralmente para verificação de seus cumprimentos. O não atingimento dos índices acordados implica no vencimento antecipado dos empréstimos, financiamentos e debêntures abrangidos por esta previsão contratual. Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os índices exigidos foram todos cumpridos e estão demonstrados no quadro abaixo, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
Dívida financeira líquida / (EBITDA) – realizado	=	**0,74**	=	2,76
Meta contratada	≤	**3,00**	≤	3,00

13. Debêntures -
Em 18 de abril de 2019, a controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A concluiu sua 2ª emissão pública de debêntures, nos termos da Instrução CVM nº 476, no montante de R$ 85.000. Foram emitidas 85.000 debêntures. A emissão, realizada em série única, possui remuneração de CDI + 1,70% a.a. e prazo de 5 anos. Os recursos captados serão utilizados para o financiamento de investimento da Companhia. Os saldos das debêntures emitidas pela Companhia e sua controlada Algar Tecnologia, são compostos como segue:

	31/12/2023	
	Consolidado	Individual
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**53.878**	**10.337**
Pagamento do principal	**(31.250)**	**(10.000)**
Pagamentos de juros	**(5.546)**	**(814)**
Juros no período	**4.719**	**477**
Total debêntures e notas promissórias	**21.801**	**-**
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	**(45)**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**21.756**	**-**
Circulante	**21.756**	**-**
Não circulante	**-**	**-**
	21.756	**-**

	31/12/2022	
	Consolidado	Individual
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84.907	20.327
Pagamento do principal	(31.250)	(10.000)
Pagamentos de juros	(8.573)	(2.014)
Juros no período	9.038	2.046
Total debêntures e notas promissórias	54.122	10.359
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(244)	(22)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	53.878	10.337
Circulante	32.673	10.337
Não circulante	21.205	-
	53.878	10.337

	Consolidado		Individual	
Debêntures	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional:				
Principal	**21.250**	52.498	**-**	9.999
Juros	**551**	1.624	**-**	360
	21.801	54.122	**-**	10.359
(-) Gastos com emissão de debêntures a apropriar	**(45)**	(244)	**-**	(22)
	21.756	53.878	**-**	10.337

	31/12/2023					
	Consolidado			Individual		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo de debêntures	**21.801**	**-**	**21.801**	**-**	**-**	**-**
Gastos emissão de debêntures, a apropriar	**(45)**	**-**	**(45)**	**-**	**-**	**-**
Valor líquido	**21.756**	**-**	**21.756**	**-**	**-**	**-**

	31/12/2022					
	Consolidado			Individual		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldo de debêntures	32.873	21.249	54.122	10.359	-	10.359
Gastos emissão de debêntures, a apropriar	(200)	(44)	(244)	(22)	-	(22)
Valor líquido	32.673	21.205	53.878	10.337	-	10.337

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
2023	**-**	32.872	**-**	10.359
2024	**21.756**	21.250	**-**	-
Após 2025	**-**	-	**-**	-
	21.756	54.122	**-**	10.359

Em 10 de abril de 2023 a Companhia efetuou pagamento do valor de R$ 10.000 referente a quinta parcela de amortização de principal junto ao Banco do Brasil. Em 18 de abril de 2023, a controlada Algar Tecnologia amortizou parte do principal no valor de R$ 21.250 junto ao banco Bocom. Os contratos de debêntures da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
CDI	**21.756**	54.122	**-**	10.359
Total	**21.756**	54.122	**-**	**10.359**

Cláusulas contratuais (covenants) - Os contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas ("covenants") que estabelecem índices máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos. Em 31 de Dezembro de 2023 todos os índices foram cumpridos conforme estão demonstra- dos na nota explicativa 12.

14. Passivo de arrendamento - IFRS16/ CPC06 - a) Movimentação passivo curto prazo – Consolidado

Passivo Curto Prazo	Consolidado 31/12/2023						
Classes de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	1.603	-	(592)	-	210	(178)	**1.043**
Imóveis	1.470	-	(4.631)	-	834	3.695	**1.368**
	3.073	**-**	**(5.223)**	**-**	**1.044**	**3.517**	**2.411**

b) Movimentação passivo longo prazo – Consolidado

Passivo Longo Prazo	Consolidado 31/12/2023						
Classes de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	431	83	-	(48)	-	178	**644**
Imóveis	6.962	897	-	-	-	(3.695)	**4.164**
	7.393	**980**		**(48)**	**-**	**(3.517)**	**4.808**
	10.466	**980**	**(5.223)**	**(48)**	**1.044**	**-**	**7.219**

c) Movimentação passivo curto prazo - Individual

Passivo Curto Prazo	Indvidual 31/12/2023						
Classes de Ativo	**Saldo 31/12/2022**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2023**
Veículos	1.442	-	(467)	-	167	(216)	**926**
Imóveis	599	-	(1.211)	-	350	565	**303**
	2.041	**-**	**(1.678)**	**-**	**517**	**349**	**1.229**

d) Movimentação passivo longo prazo – Individual

Passivo Longo Prazo	Indvidual 31/12/2023						
Classes de Ativo	**Saldo 31/12/2021**	**Adições**	**Pagamentos**	**Baixas**	**Juros**	**Transferências**	**Saldo 31/12/2022**
Veículos	224	64	-	(36)	-	216	**468**
Imóveis	2.856	317	-	-	-	565	**2.608**
	3.080	**381**		**(36)**	**-**	**(349)**	**3.076**
	5.121	**381**	**(1.678)**	**(36)**	**517**	**-**	**4.305**

e) Pagamentos mínimos

Consolidado	Em 1 ano	de 2 a 5 anos	Total
Valores mínimos a pagar	3.062	5.233	8.295
Despesa de juros	(651)	(425)	(1.076)
	2.411	4.808	7.219

Indvidual	Em 1 ano	de 2 a 5 anos	Total
Valores mínimos a pagar	1.627	3.454	5.081
Despesa de juros	(398)	(378)	(776)
	1.229	3.076	4.305

f) Contratos por prazo e taxa de descontos

	Taxa Anual	
Prazo dos contratos	**Sem Garantia (IBR Clean)**	**Com Garantia (*) (IBR Clean)**
1 ano	13,86%	13,36%
2 anos	13,40%	12,90%
3 anos	13,04%	12,54%
4 anos	13,02%	12,52%
5 anos	13,04%	12,54%

(*) Somente para o grupo de imóveis

15. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Individual	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS	**249**	284	**-**	-
COFINS	**1.150**	1.312	**-**	-
IRRF e CSRF	**4.228**	3.516	**3.507**	3.156
ICMS	**58**	68	**35**	21
ISS	**2.937**	3.028	**613**	1.527
INSS	**8.877**	9.058	**1.216**	1.248
Outros	**5.843**	6.730	**983**	54
	23.342	23.996	**6.354**	6.006
Passivo circulante	**16.850**	17.504	**6.354**	6.006
Passivo não circulante	**6.492**	6.492	**-**	-

16. Fornecedores

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores faturados	**36.593**	34.605	**8.648**	9.019
Fornecedores a faturar	**9.821**	23.977	**5.123**	13.008
	46.414	58.582	**13.771**	22.027

17. Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	**28.183**	24.392	**8.039**	10.607
Encargos sociais sobre salários e ordenados	**7.494**	9.431	**3.724**	3.721
Férias e encargos	**39.406**	33.916	**18.115**	16.925
Gratificações	**4.445**	2.211	**3.199**	974
Outras obrigações trabalhistas	**2.175**	2.401	**126**	121
	81.703	72.351	**33.203**	32.348
Passivo circulante	**81.703**	72.351	**33.203**	32.348

18. Provisões e depósitos judiciais - A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos de contingências, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.
a) Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	17.585	12.355	214	30.154
Adições (i)	16.626	1.075	450	18.151
Atualização monetária	14.140	1.023	105	15.268
Pagamentos	(10.572)	(2)	(15)	(10.589)
Baixa por perda (depósito judicial)	(3.393)	(61)	(15)	(3.469)
Baixas(ii)	(4.766)	(3)	(81)	(4.850)
Transferência para obrigações a pagar	-	-	-	-
Provisões em 31/12/2022	29.620	14.387	658	44.665
Depósitos judiciais	(7.331)	(9.806)	(8)	(17.145)
Provisões líquidas em 31/12/2022	22.289	4.581	650	27.520
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**29.620**	**14.387**	**658**	**44.665**
Adições (i)	**4.257**	**655**	**698**	**5.610**
Atualização monetária	**4.036**	**1.113**	**760**	**5.909**
Pagamentos	**(7.004)**	**(1)**	**(102)**	**(7.107)**
Baixa por perda (depósito judicial)	**(1.905)**	**(214)**	**(3)**	**(2.122)**
Baixas(ii)	**(11.643)**	**(3)**	**(11)**	**(11.657)**
Transferência para obrigações a pagar	**(3.368)**	**-**	**-**	**(3.368)**
Provisões em 31/12/2023	**13.993**	**15.937**	**2.000**	**31.930**
Depósitos judiciais	**(3.831)**	**(10.223)**	**(62)**	**(14.116)**
Provisões líquidas em 31/12/2023	**10.162**	**5.714**	**1.938**	**17.814**

i) Aumento de provisões decorrente da quantidade de novos processos entrantes com estimativas de perdas prováveis mais elevadas e, aumento das estimativas de perdas de processos prováveis que já estavam provisionados. Tivemos também alterações de grau de risco de processos ativos na base anterior que estavam com a avaliação de risco possível ou remoto e, na nova avaliação tiveram seu grau de risco alterado para o risco provável, os valores estimados de perda foram acrescidos de forma significativa nas provisões reconhecidas no balanço.
ii) Baixas por alteração de grau de risco de certas demandas judiciais. Em 2023 foram realizadas baixas de contingências de um grupo de processos trabalhistas objeto de ações rescisórias na empresa Algar Tecnologia e Consultoria S/A, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal decidiu nos embargos de declaração no recurso extraordinário nº 958.252, em sessão de julgamento ocorrida em 29 de novembro de 2023, que, são cabíveis e devem ser julgadas procedentes as ações rescisórias propostas com fulcro no art. 525, § 15, do CPC, com fundamento no precedente estabelecido pelo STF na ADPF 324, desde que a execução ainda não tenha sido concluída, ou seja, desde que a ação rescisória alcance valores que ainda não tenham sido pagos ao trabalhador.

	Individual - TI			
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.641	1.348	-	7.989
Adições	1.347	1.068	430	2845
Atualização monetária	1.003	272	83	1358
Pagamentos	(9)	-	-	(9)
Baixa por perda (depósito judicial)	(2.134)	-	-	(2.134)
Baixas*	(2.087)	-	(72)	(2.159)
Provisões em 31/12/2022	4.761	2.688	441	7.890
Depósitos judiciais	(303)	-	-	(303)
Provisões líquidas em 31/12/2022	4.458	2.688	441	7.587
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.761	2.688	441	7.890
Adições (i)	**1.549**	**537**	**280**	**2.366**
Atualização monetária	**1.097**	**295**	**658**	**2.050**
Pagamentos	**(459)**	**-**	**(77)**	**(536)**
Baixa por perda (depósito judicial)	**(589)**	**-**	**-**	**(589)**
Baixas(ii)	**(867)**	**-**	**(1)**	**(868)**
Provisões em 31/12/2023	**5.492**	**3.520**	**1.301**	**10.313**
Depósitos judiciais	**(770)**	**-**	**(56)**	**(826)**
Provisões líquidas em 31/12/2023	**4.722**	**3.520**	**1.245**	**9.487**

Os processos judiciais e administrativos provisionados têm como principais objetos:
Trabalhistas - A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista, cujas discussões envolvem basicamente, horas extras e diferenças salariais. (Valor da provisão - consolidado R$ 13.993, individual R$ 5.492). *Tributárias* - FAP: A Companhia impetrou mandado de segurança para discutir a inconstitucionalidade e ilegalidade das normas que instituíram o fator acidentário de prevenção ("FAP"), aplicável às alíquotas da contribuição ao seguro de acidente do trabalho. Sentença de primeira instância favorável. Discussão classificada como provável. Envolve áreas previdenciária e tributária (Valor da provisão - consolidado R$ 9.026). *Contribuições Previdenciárias:* A Companhia impetrou mandado de segurança para questionar a incidência de contribuição previdenciária sobre o 1/3 de férias. Decisão vigente favorável. Discussão classificada como provável em razão da publicação do acórdão proferido pelo STF em sede de repercussão geral - RE 1.072.485 (Valor da provisão R$ 1.882).
A Companhia possui outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco provável. (Valor da provisão R$ 1.508).
i) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISS	**60.970**	46.011	**-**	-
Tributos federais	**7.884**	5.981	**3.689**	**3.689**
INSS	**1.746**	1.625	**1.095**	1.095
Trabalhistas	**8.228**	18.947	**2.369**	2.369
Cível	**11.475**	10.046	**-**	-
Outros	**1.637**	4.632	**-**	-
	91.940	87.242	**7.153**	7.153

Trabalhista - Saldo não provisionado decorrente da classificação possível e remota de pedidos cujo êxito é provável, quais sejam, dano moral e material, jornada de trabalho, vale transporte, benefícios e honorários advocatícios são classificados como possíveis. (Valor envolvido: R$ 8.228 consolidado e R$ 1.901 individual). *Tributárias* - ISS: A Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de alguns municípios para cobrança de ISS em decorrência da prestação de serviços. (Valor da provisão - consolidado R$ 60.970). *Outros:* Outras ações tributárias envolvendo tributos diversos com risco possível. (Valor da provisão - consolidado R$11.267 e R$ 5.624 individual). *Cível* - A Companhia apresenta como principais pedidos na esfera cível indenização por dano moral e/ou material em razão de relação com o cliente, funcionários e/ou fornecedores e discussões de eventuais dívidas com antigos prestadores de serviços (Valor envolvido: consolidado R$ 11.475).
j) Depósitos judiciais

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos judiciais sem provisões:				
Tributário	**-**	-	**-**	-
Trabalhista	**2.690**	4.865	**106**	887
Cível	**14**	65	**4**	57
	2.704	4.930	**110**	944
Depósitos judiciais com provisões:				
Tributário	**10.223**	9.806	**-**	-
Trabalhista	**3.831**	7.331	**770**	303
Cível	**62**	8	**56**	-
	14.116	17.145	**826**	303
Total	**16.820**	22.075	**936**	1.247

19. Outras Obrigações

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Outras obrigações (*)	**9.119**	8.959	**481**	5.188
Passivo circulante	**6.549**	8.959	**481**	5.188
Passivo não circulante	**2.570**	-	**-**	**-**

(*) Em 31/12/2023 a companhia mantém o valor de R$ 8.467 registrado no grupo de outras obrigações, decorrente de acordo firmado com clientes.

20. Patrimônio líquido - a) Capital social **-** Conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária e extraordinária de acionistas, realizada em 25 de abril de 2023, o capital social da Companhia foi aumentando no montante de R$ 92.000, mediante capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) pela acionista Algar S/A. O capital subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 293.072 e R$ 201.039, respectivamente, representado por 356.576.915 ações ordinárias. As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia. b) Dividendos - Em 2022 no dia 25 de abril, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 75.707. Neste mesmo ano, no dia 02 de maio, efetuou o pagamento referente a dividendos no valor de R$ 94.691 para sua controladora Algar S.A. Em dezembro de 2023, a Companhia recebeu de sua controlada Algar Tecnologia, os valores de R$ 2.582 e R$ 30.600, nos dias 04 e 18 respectivamente.

21. Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev - Benefícios de curto prazo - Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia e suas controladas concedem plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados. As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com "salários, provisões e encargos sociais". Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos e os saldos ainda não liquidados estão apresentados na Nota Explicativa nº 17. Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev - A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev. Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos: (a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente; (b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia. Os gastos com os planos podem ser assim demonstrados:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contribuição	**350**	244	**184**	143

22. Partes relacionadas - A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas no resultado desses períodos.

	Consolidado – Saldos - ativo circulante					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Contas a receber (a)	Títulos a receber (c)	Total	Contas a receber (a)	Títulos a receber (c)	Total
Controladora:						
Algar S.A	**6**	**-**	**6**	27	-	27
Total	**6**	**-**	**6**	27	-	27
Relacionadas:						
Algar Telecom	**6.900**	**-**	**6.900**	8.527	-	8.527
Alga Multimída	**233**	**-**	**233**	502	-	503
Outros	**13**	**31**	**44**	153	130	283
Total	**7.146**	**31**	**7.177**	9.182	130	9.313
Total Partes relacionadas	**7.152**	**31**	**7.183**	9.209	130	9.340

	Consolidado – Saldos - passivo circulante							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Fornecedores (e)	Títulos a pagar (d)	Dividendos a pagar (g)	Total	Fornecedores (e)	Títulos a pagar (d)	Dividendos a pagar (g)	Total
Controladora:								
Algar S.A	**-**	**1.260**	**-**	**1.260**	7.708	1.091	-	8.799
Total	**-**	**1.260**	**-**	**1.260**	7.708	1.091	-	8.799
Relacionadas:								
Algar Telecom	**8**	**-**	**-**	**8**	9	-	-	9
Algar Multimída	**2**	**-**	**-**	**2**	45	-	-	45
Algar Soluções	**-**	**-**	**-**	**-**	-	-	-	-
Outros	**145**	**170**	**-**	**315**	102	-	-	102
Total	**155**	**170**	**-**	**325**	156	-	-	156
Total Partes relacionadas	**155**	**1.430**	**-**	**1.585**	7.864	1.091	-	8.955

	Individual – Saldos - ativo circulante							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Contas a receber (a)	Títulos a receber (c-f)	Dividendos a receber (b)	Total	Contas a receber (a)	Títulos a receber (c-f)	Dividendos a receber (b)	Total
Controladora:								
Algar S.A	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Controladas Direta:								
Algar Tecnologia	**-**	**2.477**	**-**	**2.477**	-	3.340	2.582	5.922
Total	**-**	**2.477**	**-**	**2.477**	-	3.340	2.582	5.922
Relacionadas:								
Algar Telecom	**110**	**-**	**-**	**110**	466	-	-	466
Algar Multimidia	**228**	**-**	**-**	**228**	502	-	-	502
Total	**338**	**-**	**-**	**338**	968	-	-	968
Total Partes relacionadas	**338**	**2.477**	**-**	**2.815**	968	3.340	2.582	6.890

	Individual – Saldos - ativo não circulante			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Títulos a receber (c-f)	Total	Títulos a receber (c-f)	Total
Relacionadas:				
Argentina	-	-	754	754
Total :	-	-	754	754

	Individual – Saldos - passivo circulante							
	31/12/2022				31/12/2022			
	Fornecedores (e)	Títulos a pagar (d)	Dividendos a pagar (g)	Total	Fornecedores (e)	Títulos a pagar (d)	Dividendos a pagar (g)	Total
Controladora:								
Algar S.A	**-**	**1.033**	**-**	**1.033**	6.576	1.311	-	7.887
Total	**-**	**1.033**	**-**	**1.033**	6.576	1.311	-	7.887
Relacionadas:								
Algar Telecom	-	-	-	-	1	-	-	1
Alga Multimída	-	-	-	-	2	-	-	2
Outros	-	**15**	-	**15**	-	-	-	-
Total	-	**15**	-	**15**	3	-	-	3
Total Partes relacionadas	-	**1.048**	-	**1.048**	6.579	1.311	-	7.890

		Consolidado 31/12/2023					Consolidado 31/12/2022			
Controladora:		**Receita operacional bruta (h)**	**Custos dos serviços prestados (i)**	**Despesas com vendas (i)**	**Despesas gerais e administrativas (i)**		**Receita operacional bruta (h)**	**Custos dos serviços prestados (i)**	**Despesas com vendas (i)**	**Despesas gerais e administrativas (i)**
Algar S/A	**(i)**	**142**	**-**	**-**	**1.091**	**(i)**	203	-	-	-
Total Controladora		**142**	**-**	**-**	**1.091**		203	-	-	-
Relacionadas:										
Algar Telecom	**(iii)**	**42.447**	**1.119**	**-**	**-**	**(iii)**	42.361	(1.338)	-	-
Space Empreendimentos	**(iii)**	**-**	**40**	**-**	**-**	**(iii)**	-	(45)	-	-
Engeset	**(iii)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(iii)**	-	(612)	-	-
Algar Celular	**(iii)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(iii)**	-	-	-	-
Algar Multimídia	**(iii)**	**952**	**153**	**-**	**-**	**(iii)**	2.203	-	-	-
RQ Empar	**(iii)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(iii)**	-	-	-	-
Vogel Soluções	**(iii)**	**133**	**1.051**	**-**	**-**	**(iii)**	1.110	(892)	-	-
Outros	**(iii)**	**-**		**-**	**-**	**(iii)**	1	1	-	5
Total Relacionadas		**43.532**	**2.363**	**-**	**-**		45.675	(2.886)	-	5
Total		**43.674**	**2.363**	**-**	**1.091**		45.878	(2.886)	-	5

(i) Controladora da Companhia; (ii) Controlada da Companhia; (iii) Empresas ligadas.

ALGAR TI CONSULTORIA S.A. - CNPJ: 05.510.654/0001-89

		Individual 31/12/2023					Individual 31/12/2022			
		Receita operacional bruta (h)	Custos dos serviços prestados (i)	Despesas com vendas (i)	Despesas gerais e administrativas (i)		Receita operacional bruta (h)	Custos dos serviços prestados (i)	Despesas com vendas (i)	Despesas gerais e administrativas (i)
Controladora:										
Algar S/A	(i)	34	-	-	34	(i)	74	-	-	-
Total Controladora		34	-	-	34		74	-	-	-
Relacionadas:										
Algar Telecom	(iii)	559	43	-	-	(iii)	1.219	(88)	-	-
Space Empreendimentos	(iii)	-	-	-	-	(iii)	-	-	-	-
Algar Multimídia	(iii)	952	17	-	-	(iii)	1.679	(26)	-	-
Vogel	(iii)	-	57	-	-	(iii)	51	(57)	-	-
Outros	(iii)	-	-	-	-	(iii)	-	-	-	-
Total Relacionadas		1.511	117	-	-		2.949	(171)	-	-
Total		1.545	117	-	-		3.023	(171)	-	-

(i) Controladora da Companhia; (ii) Controlada da Companhia; (iii) Empresas ligadas.

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue: (a) Contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais da empresa; (b) Saldos de dividendos a receber pela controladora; (c) Títulos a receber provenientes de compartilhamento de despesas das operações das empresas do grupo; (d) Títulos a pagar provenientes de operações das empresas do Grupo por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais; (e) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar; (f) Operações de mútuo com partes relacionadas com prazos entre um e dois anos, remunerados por CDI mais taxa de 1,4% a.a. a 3,15% a.a. no curto prazo; Além de 100% LIBORUSD03 + 0.55 act/360 a.a a 100% LIBORUSD12 + 3.15 act/360 a.a no longo prazo. (g) Saldos de dividendos a pagar à controladora; (h) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas; (i) Custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; Atendimento ao cliente, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*. Avais e fianças - As garantias de dívidas junto as instituições financeiras são como segue: - A Algar TI é garantidora da sua controlada Algar Tecnologia S/A; - A controlada Algar Tecnologia é garantidora da Algar Ti.

31/12/2023				
Empresa	**Garantidor**	**Instituição financeira**	**Saldo devedor**	**Total por empresa**
Algar Tecnologia	Algar TI	Banco Bocom BBM	21.801	21.801

Remuneração dos administradores - As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e suas controladas, que incluem os diretores estatutários são computadas como custos e despesas do exercício, incluindo os benefícios e encargos sociais, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e outros benefícios de curto prazo:				
Diretoria executiva				
Remuneração fixa	**3.031**	4.878	**3.031**	4.878
Remuneração variável	**2.111**	1.169	**2.111**	1.169
Previdência privada	**205**	138	**205**	138
Saldo final	**5.347**	6.185	**5.347**	6.185

23. Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Gestão de relacionamento com cliente	**459.653**	411.903	**2.065**	1.934
Serviços gerenciados	**337.779**	301.389	**330.342**	293.767
Serviços internacionais	**136.485**	102.198	-	-
Receita operacional bruta	**933.917**	815.490	**332.407**	295.701
Deduções das vendas	**(84.495)**	(76.268)	**(39.909)**	(34.401)
Receita operacional líquida	**849.422**	739.222	**292.498**	261.300

24. Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(597.713)**	(522.768)	**(223.484)**	(209.894)
Materiais	**(2.410)**	(2.887)	**(876)**	(853)
Serviços de terceiros	**(68.194)**	(63.532)	**(19.347)**	(25.566)
Depreciação e amortização	**(32.740)**	(31.100)	**(5.932)**	(6.335)
Outros Custos	**(17.571)**	(14.089)	**(3.838)**	(1.215)
	(718.628)	(634.376)	**(253.477)**	(243.863)

25. Despesas com vendas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(12.347)**	(11.185)	**(2.815)**	(4.592)
Material	**(12)**	(56)	**(6)**	(28)
Serviços de terceiros	**(10.140)**	(9.824)	**(176)**	(893)
Depreciação e amortização	**(470)**	(893)	**(88)**	(57)
(Provisão) reversão para perda esperada	**558**	(142)	**531**	(119)
Gastos mercadológicos	**(1.581)**	(3.169)	**(381)**	(1.130)
Outros	**(416)**	(457)	**(320)**	(359)
	(24.408)	(25.726)	**(3.255)**	(7.178)

26. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(26.213)**	(28.599)	**(6.905)**	(7.847)
Materiais	**(236)**	(200)	**(94)**	(70)
Depreciação e amortização	**(6.664)**	(7.641)	**(6.071)**	(5.929)
Serviços terceiros	**(20.228)**	(22.220)	**(5.022)**	(6.752)
Outros	**(868)**	(1.734)	**(75)**	(405)
	(54.209)	(60.394)	**(18.167)**	(21.003)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Provisões e reversões para riscos	**1.540**	(15.010)	**(1.682)**	(1.452)
Multas contratuais	**74**	423	**136**	479
Ganho (perda) na venda de imobilizado	**23**	(23)	**9**	475
Amortização mais valia	**(3.655)**	(3.655)	**(3.655)**	(3.655)
Outros encargos sociais	-	917	-	250
Impostos, taxas e contribuições	**(361)**	(135)	**(179)**	(62)
Baixa de valor a restituir a acionistas	**4.834**	-	**4.834**	-
Outras receitas (despesas), líquidas	**2.430**	752	**894**	(142)
	4.885	(16.731)	**357**	(4.107)

28. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita de aplicações financeiras	**7.162**	8.991	**3.170**	7.028
Variação cambial e monetária ativa	**3.682**	4.177	**93**	683
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	**970**	303	**800**	76
Receita de juros sobre mútuo	-	5	-	27
Reversão de juros e multas sobre provisões	**4.257**	1.623	**195**	1.080
Outras receitas e Pis/Cofins	**938**	2.572	**79**	320
Total das receitas financeiras	**17.009**	17.671	**4.337**	9.214
Juros e variações monetárias sobre empréstimos	**(19.694)**	(22.305)	**(16.688)**	(21.905)
Juros sobre debêntures	**(4.719)**	(8.489)	**(477)**	(1.893)
Despesas variação cambial	**(5.231)**	(3.147)	**(23)**	(125)
Encargos sobre contingências, impostos e taxas	**(6.185)**	(16.355)	**(2.100)**	(1.821)
Taxa e tarifas bancárias	**(167)**	(413)	**(69)**	(143)
Despesas de Juros - IFRS 16/CPC 06	**(1.076)**	(1.016)	**(517)**	(400)
Outras despesas financeiras	**(1.506)**	(458)	**(138)**	124
Total das despesas financeiras	**(38.578)**	(52.183)	**(20.012)**	(26.163)
Despesas financeiras, líquidas	**(21.569)**	(34.512)	**(15.675)**	(16.949)

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - A Companhia tem exposição aos seguintes riscos: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado • Risco operacional a) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento. Os ativos da Companhia e controladas, avaliados como sujeitos a risco de crédito, suscetível de eventual perda, são as contas a receber. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a risco de crédito. *Contas a receber de clientes* - O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Companhia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma criteriosa análise de crédito. Essa análise é definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação. Políticas semelhantes são utilizadas para análise de crédito abrangendo as demais controladas, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência. Em razão das naturezas dos negócios, há concentração de receita em reduzido número de clientes. No ano de 2023, a receita liquida consolidada foi de R$ 849.422 (R$ 739.222 no mesmo período de 2022), mantendo se estável em relação a receita líquida.

	Concentração da receita		
	Nº de clientes	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Algar TI (consolidado)	7	**48,46%**	42,97%

b) Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Consolidado 31/12/2023			
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	85.687	100.636	100.636	-
Debêntures	21.756	22.671	22.671	-
Total	107.443	123.307	123.307	-

	Individual 31/12/2023			
	Valor contábil	**Fluxo de caixa contratual**	**1 a 2 anos**	**3 a 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	71.798	85.806	85.806	-
Debêntures	-	-	-	-
Total	71.798	85.806	85.806	-

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. c) Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios. A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. *Risco de taxas de câmbio* - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e controladas não possuem exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no período corrente bem como no período comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras. *Análise de sensibilidade - taxas de juros - Empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras* - Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de 1 ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI (%)	11,65%	14,56%	17,48%
IBR (%)	10,78%	13,47%	16,16%

Variável de risco	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
CDI	Aumento do CDI	10.904	13.630	16.356
IBR	Aumento do IBR	1.497	1.871	2.245
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário		**3.100**	6.200	11.453

d) Risco de operacional - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados e) Gestão de capital - A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas, incluindo a Companhia, são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos custos incorridos. A Companhia e suas controladas não mantêm operações contratadas com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. f) Valores estimados de mercado - *Contas a receber* - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras. *Títulos a receber de partes relacionadas* - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22. *Fornecedores* - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. *Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira)* - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxas de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI no final do período de relatório, e considera o cálculo como nível 2 de acordo com a hierarquia de valor justo descrita abaixo.

Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros.

		31/12/2022			
		Consolidado		Individual	
	Classificação	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativo					
Caixa e bancos	(i)	**4.296**	**4.296**	**763**	**763**
Aplicações Financeiras	(i)	**35.640**	**35.640**	**17.092**	**17.092**
Contas a receber	(i)	**199.242**	**199.242**	**66.009**	**66.009**
Títulos a receber	(i)	**31**	**31**	**2.477**	**2.477**
		239.209	**239.209**	**86.341**	**86.341**
Passivo					
Fornecedores	(ii)	**46.414**	**46.414**	**13.771**	**13.771**
Empréstimos e financiamentos	(ii)	**85.687**	**100.636**	**71.798**	**85.806**
Debêntures	(ii)	**21.756**	**22.671**	-	-
Adiantamentos de clientes	(ii)	**556**	**556**	**476**	**476**
Títulos a pagar	(ii)	**1.430**	**1.430**	**1.048**	**1.048**
		155.843	**171.707**	**87.093**	**101.101**

i. Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;
ii. Custo amortizado.

g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. h) Hierarquia de valor justo - Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

	Consolidado - 31/12/2023			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	**4.296**	-	-	**4.296**
Aplicações financeiras	-	**35.640**	-	**35.640**
	4.296	**35.640**	-	**39.936**

	Consolidado - 31/12/2022			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	4.431	-	-	4.431
Aplicações financeiras	-	56.283	-	56.283
	4.431	56.283	-	60.714

	Individual - 31/12/2023			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	**763**	-	-	**763**
Aplicações financeiras	-	**17.092**	-	**17.092**
	763	**17.092**	-	**17.855**

	Individual - 31/12/2022			
	Nível 1	**Nível 2**	**Nível 3**	**Total**
Ativos:				
Caixa e bancos	1.701	-	-	1.701
Aplicações financeiras	-	35.537	-	35.537
	1.701	35.537	-	37.238

30. Cobertura de seguros - A Companhia e suas controladas adotam a política de contratarem cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, para pagamento de perdas devido a terceiros pelos segurados, decorrente de uma reclamação, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de Dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 214.257 (R$ 231.866 em 2022) para danos materiais e R$ 562.689 (R$ 573.152 em 2022) para lucros cessantes, R$ 18.000 para responsabilidade civil, para proteção de dados e responsabilidade cibernética composta por R$ 15.000 consolidado.

31. Eventos Subsequentes - a) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC - Em 02 de janeiro de 2024 a Companhia recebeu de sua controlada Algar S.A, adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no valor de R$ 17.000. Em 02 de janeiro de 2024 a Companhia realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) para sua controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A no valor de R$ 7.000. b) Venda da torre de Serviços Gerenciados de TI (Managed Services Provider - MSP) - Em 18 de março de 2024, a Algar S/A Empreendimentos e Participações, controladora da Companhia, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, da Companhia, contendo exclusivamente a torre de negócios de Serviços Gerenciados de TI (Managed Services Provider - MSP) da Companhia e suas subsidiárias localizadas na Argentina, Colômbia e México, com a Positivo Smart Tecnologia Ltda, subsidiária da Positivo Tecnologia S/A. O preço de venda, sujeito a ajustes previstos em contrato, é de R$ 235.000 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), dos quais R$ 190.000 (cento e noventa milhões de reais) serão pagos na data de fechamento da transação. O valor remanescente de R$ 45.000 (quarenta e cinco milhões) será pago doze meses após a data de fechamento da aquisição, condicionado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais. A conclusão da aquisição está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de transação, incluindo, sem limitação, a aprovação dada pelos órgãos antitruste brasileiro (Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE) e colombiano (Superintendência de Industria y Comercio – SIC), além de determinadas metas financeiras e operacionais. Até que se obtenha as referidas autorizações e o cumprimento de demais condições precedentes ao fechamento, a Companhia continuará operando de forma independente e no curso normal dos negócios. A Controlada Algar Tecnologia e Consultoria S/A, detentora da torre de negócios CX - Customer Experience (Call Center) não faz parte da transação.

Contadora:

Diretor Presidente – Carlos Maurício Ferreira
Diretor Administrativo Financeiro e de Gente – Carlos Henrique Vilarinho
Diretor de TI e CX - Riemann Cesar
Diretor MSP - William Roberto de Moraes Lopes

Responsável Técnico:

José Adilson Gurgel
TC CRC-GO 7.580 T MG

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Algar TI Consultoria S.A.

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar TI Consultoria S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Algar TI Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Receitas de prestação de serviços a faturar* - Por que é um PAA - Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o total de serviços prestados a faturar consolidado é de R$83.220 em 31 de dezembro de 2023. Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (d), os serviços prestados e não faturados dentro do próprio mês, são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço, relacionando-se diretamente a seu desempenho até a data de fechamento mensal. Neste sentido, devido à relevância das receitas a faturar no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto em 31 de dezembro de 2023, consideramos os serviços prestados a faturar como um principal assunto de auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i. Entendimento e auditoria do lançamento manual registrado pela Administração da Companhia, relativo à receita de prestação de serviços incorrida no fim do exercício social e ainda não faturada. ii. Avaliação do desenho e teste da implementação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receitas e das receitas a faturar, incluindo a avaliação do desenho e teste da implementação de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes, com uso de nossos especialistas de tecnologia da informação, para os quais destacamos: a) A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável. b) Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receitas de prestação de serviços a faturar. iii. Realização de procedimentos analíticos substantivos. iv.Realização de procedimento substantivo de detalhe sobre os saldos de serviços prestados a faturar em 31 de dezembro de 2023, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte. v. Avaliação das divulgações apresentadas em nota explicativa. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que as receitas de prestação de serviços a faturar e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de abril de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

AVISO DE SUSPENSÃO DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL POR INICIATIVA PARTICULAR SOMENTE ONLINE. A EMPRESA CERRADO FUTURO BIOTECH LTDA CNPJ 19.634.506/0001-80, A SRA. DAYANE DRIESSEN VAN ASS, O SR. PABLIO SEVERIANO DA SILVA, TORNAM PÚBLICO QUE O LEILÃO AGENDADO PARA 11/04/2024 PELO SITE WWW.RAFAELLEILOEIRO.COM.BR ESTÁ SUSPENSO, EM BREVE NOVAS DATAS. CONTATO DO LEILOEIRO 34-99116-3933. RAFAEL ARAÚJO GOMES – LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL - JUCEMG Nº 941/2013.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 098/2024 COMPRASNET Nº. 90098/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021 LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Objeto: Aquisição de materiais elétricos (disjuntor, cabo flexível 1,5mm, cabo antichama flexível 750v, 2,5mm² e outros), em atendimento às Secretaria retromencionadas. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 212.095,29. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia **24/04/2024**, às **09h** (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922. Uberlândia/MG, 08 de abril de 2024.

ARTHUR LAPA MEDEIROS
Diretor de Compras

**Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pela Portaria nº 647, de 1º de junho de 2023, de forma eletrônica, conforme certificação digital.*

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

O Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia - SINTET-UFU, no uso de suas atribuições estatutárias, notadamente o artigo 21 e parágrafos, artigo 23 inciso VI, do seu Estatuto Social, vem por meio deste edital, convocar todos os trabalhadores e trabalhadoras, servidores e servidoras técnico-administrativos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Fundação Rádio e Televisão Educativa de Uberlândia (RTU) e Fundação de Desenvolvimento Agropecuário (FUNDAP) a participarem da **ASSEMBLEIA GERAL**, a ser realizada na modalidade híbrida no dia **10 de abril de 2024**, com primeira convocação às **09:00 horas,** com a presença de 2/3 (dois terços) dos filiados, no mínimo, ou em 2ª convocação às 09:15 horas, com qualquer número dos presentes, remotamente, por meio da **plataforma virtual Zoom**, cujas instruções de acesso podem ser encontradas no link http://www.sintetufu.org, e, presencialmente, no Saguão da Biblioteca Setorial do Campus Umuarama, dispondo esta Assembleia da seguinte pauta:

1. Informes;
2. Análise de Conjuntura;
3. Encaminhamentos;
4. Referendo aos nomes dos delegados para o CNG;

Uberlândia, 08 de abril de 2024
COMANDO LOCAL DE GREVE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO

O Senhor **PRESIDENTE**, em pleno gozo de seus direitos associativos da **APROCON SAÚDE®** – Associação de Proteção e Defesa dos Consumidores da Área da Saúde, inscrita no CNPJ sob o número 24.221.729/0001-56, com sede na Avenida Doutor Jaime Ribeiro da Luz, 971, sl 52 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia (MG), soberanos nas suas decisões e resoluções, **CONVOCA** todos os associados para estarem presente na **ELEIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO – APROCON SAÚDE**, nos termos de seu estatuto no dia **09 de Junho de 2024** entre **17h00min horas e 21h00min horas** para eleger o seus representantes em sua sede acima ditada. **O prazo para o registro de chapas**, que concorrerão às eleições na Associação, será de **5 (cinco) dias úteis**, contados do primeiro dia útil imediato a data da publicação desde edital. A secretaria funcionará em horário comercial. As Datas, horários e locais das eleições subsequentes, se necessário, será dia 09 de agosto de 2024, em sua sede acima descrito, no horário de 17h00min horas e 21h00min horas. **O Prazo para impugnação de candidaturas é de 05 (cinco) dias** contados do primeiro dia útil da publicação desde edital. O quórum mínimo de metade mais um para a primeira e demais eleições.

ANTONIO CARLOS CABRAL COELHO
PRESIDENTE – APROCON SAÚDE
Enviado dia 08.04.2024. Publicado dia 09.04.2024

CÂMARA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

A Câmara Municipal de Uberlândia, UASG 925010, representada pelo(a) Pregoeiro(a), torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 008/2024, Processo nº 010/2024, tipo menor preço por grupo - Preferencialmente para Microempresa ME e Empresa de Pequeno Porte EPP.Objeto: aquisição de motocicleta com baú, capacetes e capas de chuva.Data da Sessão: 23/04/24 - Terça-feira, às 13:30 horas (Horário de Brasília/DF).Local de reunião: site https://www.gov.br/compras/pt-br.Obtenção do edital: compras@camarauberlandia.mg.gov.br, www.camarauberlandia.mg.gov.br,https://www.gov.br/compras/pt-br. Telefones: (34) 3239-1196 / 3239-1137 / 3239-1194. Endereço:Av. João Naves de Ávila, 1.617 - Bairro Santa Mônica.Uberlândia, 08 de abril de 2024.Luciano Benati.Pregoeiro

UBERLÂNDIA

Inscrições para Corrida do Trabalhador começam na próxima segunda-feira (15)

PROVA SERÁ REALIZADA NA PISTA DO PARQUE DO SABIÁ, NO DIA 1º DE MAIO, COM PERCURSO DE 5 KM

■ DA REDAÇÃO

Serão abertas na próxima segunda-feira (15) as inscrições gratuitas para a Corrida do Trabalhador, em Uberlândia. A prova será realizada na pista do Parque do Sabiá, no dia 1º de maio, com largada às 8h e percurso de 5 km.

Os interessados podem se inscrever pelo site da Time Action ou no Espaço Saúde, no Parque do Sabiá (próximo à entrada do Tibery), das 7h às 11h e das 14h às 18h, até o dia 17 de abril ou até o preenchimento do limite técnico do evento. Os cinco primeiros colocados nas categorias geral masculino e geral feminino receberão troféus, enquanto os três primeiros colocados de cada faixa etária serão premiados com minitroféus. Além disso, todos que concluírem a prova receberão medalha de participação.

Esta será a primeira prova do Circuito de Corridas da Futel 2024. Além da Corrida do Trabalhador (1º de maio), estão programados o Desafio do Parque (10 de novembro) e a Corrida Zumbi dos Palmares (19 de novembro). Também serão realizadas outras três provas com apoio da Futel: a Corrida da Infantaria (26 de maio), a Corrida do Bombeiro (29 de junho) e a Alferes Run (22 de setembro).

"A Corrida do Trabalhador é sempre bastante aguardada e reúne pessoas das mais diversas faixas etárias e com diferentes níveis de experiência. A expectativa é que o evento seja um sucesso e que todas as vagas disponibilizadas sejam rapidamente preenchidas", completou o coordenador de corridas da Futel, o profissional de educação física Robson Medeiros.

Entrega do kit

A entrega do kit do atleta acontecerá no dia 29 de abril (segunda-feira), das 8h às 18h, no Parque do Sabiá. A retirada é obrigatória para todos os inscritos.

SECOM/PMU



A entrega do kit do atleta acontecerá no dia 29 de abril



Alberto Gomide
gomideesporte@yahoo.com.br

RESENHA ESPORTIVA

DIVULGAÇÃO



COMEÇOU O PROJETO FORÇA NO ESPORTE

Foto: DIVULGAÇÃO

Começaram ontem, dia 8, as atividades do Programa Força no Esporte (Profesp/Pelotão Esperança), desenvolvido pelo 36º Batalhão de Infantaria Mecanizada (36º BIMec) em parceria com a Prefeitura de Uberlândia, por meio da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (Futel), e o Praia Clube. Neste ano, a iniciativa atenderá 200 alunos, de 9 a 12 anos, com aulas de atletismo, futebol, vôlei, handebol e natação oferecidas gratuitamente de segunda a quinta-feira, em dois períodos (manhã e tarde) no próprio Batalhão.

A iniciativa é voltada a crianças em situação de vulnerabilidade social, que são selecionadas por quatro escolas municipais (Freitas Azevedo, Professora Maria Regina Arantes Lemes, Professora Josiany França e Gladsen Guerra de Rezende) e pela Escola Estadual Marechal Castelo Branco.

"Esse ano, o projeto tem algumas novidades, como a ampliação do número de crianças atendidas (que passou de 120 para 200) e a implantação de uma nova modalidade, que é a natação", informa uma das professoras do Profesp/Pelotão Esperança, a profissional de educação física da Futel, Márcia Barboza.

O diretor geral da Futel, Edson Cezar Zanatta, destaca a importância da iniciativa. "O Profesp/Pelotão Esperança é uma parceria de sucesso e tem alcançado importantes resultados ao longo dos anos. Para isso, utiliza o esporte para alcançar os objetivos do programa, em especial desenvolver valores sociais e cidadania, reduzir a exposição aos riscos sociais, revelar talentos e desenvolver a capacidade física e a habilidade motora", completou.

LUF MOVIMENTA CAMPEONATOS

Os campeonatos Rural, Juvenil e Júnior que a Liga Uberlandense de Futebol realiza no momento, tiveram sequência no final da semana, todos na primeira fase.

No Rural "Odelmo Leão", que tem 11 equipes em dois grupos, a rodada ficou assim: Martinésia 2x1 Olhos Dágua, União Santa Maria 3x1 Mangue, Pereiras 1x1 Areião, União Martinésia 2x1 Valparaiso e Miraporanga 2x0 Cruzeiro dos Peixotos. A classificação agora está assim: Chave A – Martinésia disparado com 12 pontos, Pereiras e Areião com 7, Olhos Dágua 6, União Santa Maria 3 e o Mangue ainda não pontuou; Chave B – Tapuirama também absoluto com 9 pontos, União Martinésia 7, Miraporanga 4, Valparaiso 3 e o Cruzeiro zero ponto.

No Júnior, com 9 times, disputou a terceira rodada, que ficou assim: Luizote 3x1 Nova Aliança, Dona Zulmira 8x0 Lucca Ferrari, Flamengo 1x0 São Jorge e Voluntários 2x2 Guará. A classificação mostra o Dona Zulmira na frente com 7 pontos, seguido por Canaã com 6, Guará 5, Flamengo 4, São Jorge e Luizote 3, Nova Aliança 2, Voluntários e Lucca Ferrari com 1 ponto.

O Juvenil tem participação de 7 equipes e a terceira rodada mostrou os seguintes resultados: Essube 3x2 Canaã, Gaviões do Cerrado 4x1 Lucca Ferrari e o empate de 2 a 2 entre Voluntários e Santa Mônica. Nesta categoria o Santa Mônica lidera com 7 pontos, seguido pelo Essube com 6 e um jogo a menos, Voluntários 4, Flamengo, Lucca Ferrari e Gaviões do Cerrado com 3, e o Canaã ainda não conseguiu pontuar.

Ainda na Liga Uberlandense de Futebol, será realizada no próximo domingo, dia 14, a primeira rodada da fase semifinal do Campeonato Amador da Divisão Especial, referente ao ano de 2023, após se arrastar por dois meses parado "sub judice". O Roda Viva joga com o Aurora e o Dona Zulmira enfrenta o Voluntários, com inversão de mando na partida da volta, dia 21.

UBERLÂNDIA COM TIMES NO FUTSAL

O Campeonato do Interior, organizado pela Federação Mineira de Futsal, é a competição oficial entre clubes, associações e prefeituras no interior do Estado de Minas Gerais. Essa competição teve seu início no ano de 1960 somente com a categoria adulta e nos dias atuais é realizada nas categorias sub 9, sub 10, sub 11, sub 12, sub 13, sub 14, sub 15, sub 16, sub 17, sub 20 e adulto (no masculino), sub 13, sub 15, sub 17, sub 20 e adulto (no feminino).

O Campeonato do Interior começa no próximo dia 26 e é regionalizado por áreas para facilitar deslocamento e custos de seus participantes. Além disso, ele é classificatório para o Campeonato Estadual que por sua vez é classificatório para diversas competições nacionais de clubes.

A cidade de Uberlândia tem vários representantes também este ano no Campeonato do Interior com equipes de base. São elas: Praia Clube, Associação Desportiva Futsal Uberlândia, Demize Academy, Base Sporting Clube, Associação Esportiva Base Sporting Club, e Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (Futel), esta nas categorias 10, 11, 12, 13, 14 e 15.

ATLETISMO TEVE FESTIVAL NO SESI

Foi realizado sábado no Sesi Gravatás o Festival Interno de Atletismo Olímpico e Paralímpico 2024. O evento foi promovido pela Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (Futel) e contou com participação de 220 alunos da iniciação esportiva e atletas do alto rendimento da Futel e das equipes formadas em parceria com o Praia Clube, Exército Brasileiro (36º BIMec), Associação dos Paraplégicos de Uberlândia (Aparu) e Clube Desportivo para Deficientes de Uberlândia (CDDU).

Com o objetivo de fomentar a modalidade e apresentar à população um pouco do trabalho desenvolvido pela Futel e parceiros no atletismo olímpico e paralímpico, o festival teve provas de velocidade, arremesso de peso, lançamento de dardo e lançamento de disco, com entrega de medalhas a todos os participantes.

*ESTE CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REPRESENTA, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO DIÁRIO DE UBERLÂNDIA.

PALAVRAS CRUZADAS

O jogo mais clássico!
Através das definições descubra a palavra que preenche os quadradinhos da cruzada.

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Conselho para escolha de um papa (Catol.)
Iniciativa de empresas junto a comunidades locais para a redução do efeito estufa
Sentido importante para o perfumista
Sem época certa para frutificar
"(?) Infância", música dos Tribalistas
(?) médico: equipamentos da sala de cirurgia
Tomie (?), artista plástica criadora do Monumento da Imigração Japonesa (SP)
Aparência do Chaves (TV)
Forma do olho mágico
A floresta amazônica
André Heller, jogador de vôlei
Parte ajustável das calças
Casa de (?): é disputada no litoral
"(?) Dourados", minissérie da TV
Testemunho em juízo
Desejo do doente
Mamífero que se alimenta de bambu
Medida agrária equivalente a 100 m²
Que se derramou (a água)
Apartamento (abrev.)
Vegetal da alta gastronomia
Troca da (?), atração londrina
Código da Nigéria no endereço de sites
Conquistas (?): Macedônia, Anatólia e Península Ibérica (Ant.)
Gonçalves (?), autor de "Canção do Exílio"
Peça quádrupla do carro
Resolver
"Crédito", em SPC
Membro de voo
Altar de sacrifícios
Expectorante natural produzido na colmeia
Armadura, em inglês
Peça inferior do tailleur
Letra não pronunciada no português
Estrutura em que se encontra a glote
Utensílio usado para abrir vinhos

BANCO 5/armor. 6/ohtake — oitiva. 7/romanas. 13/carbono social. 2



Solução

				A				V	
	C	O	N	C	L	A	V	E	
M	A	L	T	R	A	P	I	L H	O
	R	F		O		A R		A	H
	B	A	I	N	H	A	S		T
	O	T		O	I	T	I	V	A
A	N	O	S		L	O		E	K
	O		A	P	E		A	R	E
E	S	P	R	A	I	A	D	A	
R	O	M	A	N	A	S		N	G
	C		R	D		P	N	E	U
	I	D		A	S	A		I	A
S	A	I	A		A	R	M	O	R
	L	A	R	I	N	G	E		D
		S	A	C	A R	O	L	H	A

HORÓSCOPO

www.meu-horoscopo-do-dia.com


ÁRIES
21 DE MARÇO I 19 DE ABRIL

Sua crença em suas próprias ideias faz com que você seja teimoso, mas no caminho certo! Isto o levará a algumas discussões interessantes. Os comentários que você está empreendendo são um sinal positivo.


TOURO
20 DE ABRIL I 20 DE MAIO

Sua crença em suas próprias ideias faz com que você seja teimoso do jeito certo! Isso será o resultado de algumas discussões interessantes! A revisão que você está realizando é positiva.


GÊMEOS
21 DE MAIO I 20 DE JUNHO

Você vai fazer alguns contatos interessantes e novas portas se abrirão. Boas e novas amizades estão no horizonte. Você está perdendo tempo com assuntos sem importância e está cansado.


CÂNCER
21 DE JUNHO I 22 DE JULHO

Seus impulsos poderiam realmente levá-lo a um conflito. Tente ser discreto para evitar essas tendências. Você se sente capaz de enfrentar esses obstáculos. Seu estado de ânimo estará bem e você definitivamente será eficaz.


LEÃO
23 DE JULHO I 22 DE AGOSTO

Atividades de grupo e trabalho em equipe vão ser bons para seu ego hoje. Você está esgotando as pessoas que o rodeiam! Poupe os seus nervos e os dos outros também!


VIRGEM
23 DE AGOSTO I 22 DE SETEMBRO

Seu senso de humor só vai fazer com que seja seletivo em seus relacionamentos. Tenha cuidado para não parecer mais frio do que você realmente é. Você precisa de movimento, mas evite movimentos muito bruscos.


LIBRA
23 DE SETEMBRO I 22 DE OUTUBRO

Com sua abordagem insistente, mas flexível, você é bom em persuadir, reunindo e motivando aqueles que o rodeiam. Apesar dos sentimentos de fadiga, que são de curta duração, você está em boa forma hoje.


ESCORPIÃO
23 DE OUTUBRO I 21 DE NOVEMBRO

Um conflito entre as pessoas ao seu redor vai lhe dar a chance de mostrar seu talento como mediador. Você está em boa forma, quase elétrico, porque resistiu a certos desejos - agora você deve ter tempo para a sua vida privada.


SAGITÁRIO
22 DE NOVEMBRO I 21 DE DEZEMBRO

O clima é construtivo e gratificante no aspecto emocional e a sorte está com você para o estabelecimento de novos contatos. Você está desperdiçando tempo demais com assuntos triviais e isso o está desgastando.


CAPRICÓRNIO
22 DE DEZEMBRO I 19 DE JANEIRO

Você está carente de paciência hoje, mas ainda vai ter que repensar sua maneira de fazer as coisas para conseguir o que quer. Você deve dedicar mais tempo ao seu bem-estar, especialmente quando se trata de sua alimentação.


AQUÁRIO
20 DE JANEIRO I 18 DE FEVEREIRO

O clima é construtivo e gratificante no que diz respeito às relações pessoais e a sorte vai permitir que você faça novos contatos. Você está desperdiçando tempo demais com assuntos insignificantes e isso é desgastante.


PEIXES
19 DE FEVEREIRO I 20 DE MARÇO

Sua casa ou questões ligadas ao lugar onde mora serão essenciais hoje. Tome cuidado para não exagerar fisicamente. Você precisa relaxar para ser capaz de redirecionar o foco para seus objetivos básicos.

//CLASSIFICADOS

IMÓVEIS

ALUGUEL

CASAS

CUSTÓDIO PEREIRA - Aluga-se suítes com banheiro, cama, guarda-roupa, bancada com cadeira, cozinha e lavanderia completa. Estacionamento para moto e carro. Suítes individuais e duplo. Pacote mensal e diária. Boa localização. Contato (34) 98421-6841 - (34) 99212-0715

APARTAMENTOS

JARDIM PATRÍCIA - aluga-se apto no condomínio Trilhas do Sol, bairro Jardim Patrícia. Apto no térreo, 2 quartos - sendo 1 com preparação p/ ar – sala, cozinha, varanda privativa, 1 vaga garagem, piso laminado, gás encanado. R$1450,00/mês - condomínio incluso. 34 9 9993-5691

ALTO UMUARAMA - aluga-se apto no condomínio Trilhas do Vento, bairro Alto Umuarama. Apto 6º andar, vista para cidade, 2/4 - sendo 1 com preparação p/ ar - sala, cozinha, 1 vaga garagem e gás encanado. R$1450,00/mês - condomínio incluso. 34 9 9993-5691

CENTRO - alugo excelente apartamento no Centro. Amplo 3 dormitórios suíte todo reformado, com armários, muito arejado, sem condomínio, super seguro. Excelente localização. Contato: (34) 9 9977-0471 – Ângela.

CENTRO - alugo lindo apartamento no Centro. 3 dormitórios, suíte + reversível, espaçoso, ventilado, sem condomínio, super seguro, excelente localização e garagem. Contato: (34) 9 9977-0471 – Ângela.

VENDA

APARTAMENTOS

JARDIM SUL - Vendo ágio de 01 apartamentos no bairro Jardim Sul em Uberlândia. Endereço Rua Landiscape, nº 2196 - Ed MOZAIC Apto 605. Contato: (34) 9 9908-2119

FUNDINHO - vendo apartamento térreo, 2 quartos, banheiro social, suíte, sala, cozinha, área serviço ampla, 1 vaga garagem, sala visita e portão eletrônico. Valor: R$199.000,00 - Rua Souza Costa, bairro Fundinho – Uberlândia/MG. Contato: (34) 9 9861 8709 Zilda.

SANTA MÔNICA - vendo apartamento no bairro Santa Mônica, 93 metros, três quartos e 1 suíte. R$295.000,00 Contato: (34) 9 9238-9706

UMUARAMA - vendo apartamento novo no bairro Umuarama, 2 quartos, próximo UFU - HCU. R$300.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

VENDA

ÁREA RURAL – vendo imóvel, 1.000m² em condomínio fechado, área rural com portaria, água encanada, iluminação nas ruas, ruas cascalhadas, 5 km de Uberlândia (BR 452 KM 01 + 03km terra), lote murado e quitado. Valor: R$ 180.000,00 – TROCO POR CAMINHÃO – Contato: 34 9 9837-0778

ROMARIA – vende-se sobrado em Romaria. Sendo 3 quartos, 2 banheiros, sala, copa, cozinha e área. Sobrado com ponto comercial no centro da cidade. Contato: (34) 9 9829-5271

CONDOMÍNIO MIRANDA 1 - vendo chácara no Condomínio Miranda 1, área de 5.200 m. R$250.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

BRASIL – imóvel comercial no bairro Brasil à venda. Localizado na Av. Amazonas, com sete salas - 3 com banheiro individual. As quatro salas mobiliadas. Cozinha montada (geladeira bebedouro fogão), banheiro feminino, banheiro masculino e também para deficiente. Recepção mobiliada. Área construída 157m², área terreno 250m². Valor: R$650 mil (aceito propostas). Márcio (34) 9 9900- 9385

IMÓVEIS

LUIZOTE DE FREITAS – sobrado de esquina com dois apartamentos, duas casas e um ponto de comércio – venda ou troca. Rua Maximiliano Carneiro, Luizote de Freitas, Uberlândia – MG. Contato: (34) 9 9996-2296

UBERLÂNDIA - Vende-se área de 20 mil metros na Represa de Miranda próximo à Tapuirama. Contato: (34) 9996-2296

VEÍCULOS

HYUNDAI

HYUNDAI - vendo HB20s, ano 2013, modelo 2014. Em ótimo estado de conservação, único dono, manual, 1.0, 04 pneus novos, econômico e com porta malas espaçoso. Interessados entrar em contato com Genivaldo: (34) 9 9634-9054.

FORD

FORD KA - vendo Ford Ka ano 2019/19 branco, não é carro de Uber – completo, carro novo. Valor R$45.500,00 – WhatsApp: (34) 9.9996.1104 Silvoney

EMPREGO

VAGAS DE EMPREGO - precisa-se de profissional com formação em Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional para Tutoria em Faculdade EAD. Enviar currículo no e-mail: selecaodetutor@gmail.com

VAGAS DE EMPREGO - Contrata-se manobrista (CNH B) e caixa. Ensino médio completo, salário, VT e VA. Segunda a sexta e sábados alternados. Interessados enviar currículo para vinicius@naserestacionamento.com.br ou WhatsApp 31 98420-4602

VAGA PARA HIGIENIZADOR DE SOFÁ - CNH A e possuir veículo próprio. Salário R$1.644,89 + adicionais R$321,00 + R$250,00 de ajuda de custo. Ser proativo, comunicativo e gostar de atendimento ao cliente, experiência em vendas é um diferencial. Currículos: (34) 9 9891-1200 (WhatsApp) e e-mail: comercial@conserveclean.com.br

VAGA PARA ESTOQUISTA - Uberlândia/MG - Responsabilidades e atribuições: responsável pelos processos do setor de estoque, atuando desde a entrada de peças e equipamentos, conferência, armazenagem, separação de pedidos, expedição. Requisitos e qualificações: Ensino Médio - Concluído e experiência na área de estoque ou logística. Benefícios: VR, VA e VT; após o período de experiência: plano de saúde (colaborador) e dependentes com coparticipação; plano odontológico e cartão farmácia. Enviar currículo para eliana@g4rh.com.br com o título da vaga e localidade.

DIVERSOS – SERVIÇOS

SERVIÇOS - Vai construir ou reformar? Fale com conosco (34) 9 9706-0160 - Construtora constroeng garantia em seus trabalhos. Equipe treinada à mais de 13 anos no ramo da construção civil, considerada uma das melhores construtoras do seguimento.

TUBOS FLUTUANTES - vendo 02 tubos flutuantes medindo 8,00 X 1,00 de diâmetro. R$30.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

PRANCHA RANDON - vendo prancha Randon 2 eixos, ano 1980, 8 pneus novos reformada e bem conservada. R$90.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

JAZIGO PERPÉTUO - vendo um jazigo perpétuo, 2 gavetas, cemitério bom pastor, Uberlândia – Interessados tratar: (34) 9 8852-6900

ROÇADEIRA - vendo uma roçadeira semi-nova Stihl, modelo FS55, 2 pontas, com nota fiscal, óculos de proteção, manuais, ferramentas originais para ajuste. Foi utilizada por apenas 5 vezes. Interessados tratar: (34) 9 8852-6900

AUTOTRANS CONTRATA - MOTORISTA DE ÔNIBUS

Salário: R$ 2632,96 + benefícios (convênio médico e odontológico, cesta básica, gratuidade no transporte público, ticket de alimentação de R$ 457,44).
Necessário ter experiência comprovada na carteira de trabalho e curso de transporte coletivo de passageiros.
Interessados enviar currículo pelo whatssap (31) 99796-7830, e-mail rh@autotrans.com.br ou cadastrar no site www.autotrans.com.br
VAGA TAMBÉM PARA PCD (pessoas com deficiência)